

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília**

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: uma análise descritiva

Jandira Barônio

Marília-SP

2015

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília**

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: uma análise descritiva

Jandira Barônio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, para a obtenção de título Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno

Marília-SP

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B266e Barônio, Jandira

Educação a distância na modernidade líquida: uma análise descritiva. /Jandira Barônio. – 2015.

85 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Sinésio Ferraz Bueno.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília, SP., 2015.

Inclui bibliografias.

1. Neoliberalismo. 2. Bauman, Zygmunt. 3. Educação – Dissertações. I. Bueno, Sinésio Ferraz, orient. II. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 370

Biblioteca Câmpus Medianeira
Marci Lucia Nicodem Fischborn 9/1219

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jandira Barônio

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: uma análise descritiva

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno (Orientador)
(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Marília)

Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho
(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Assis)

Prof. Dr. Genivaldo de Souza Santos
(Universidade do Oeste Paulista – Campus Presidente Prudente)

Marília, 24 de fevereiro de 2015.

“A educação e a aprendizagem no ambiente líquido-moderno, para ser úteis, devem ser contínuas e durar toda a vida.”
(Zygmunt Bauman)

Agradecimentos

A Deus,

pelo dom da vida e poder estar realizando este sonho.

Ao meu amor Argentino Sanabria,

minha inspiração diária. Obrigada pelo amor, carinho, compreensão e pelos temas discutidos que muito contribuiu para finalizar essa dissertação.

Ao meu filho Thiago,

grande incentivador e minha família, em especial a minha irmã Janete Ester Baronio, que sempre esteve ao meu lado dando apoio e força em todos os momentos.

Ao meu orientador Professor Sinésio Ferraz Bueno,

por ter acreditado na realização dessa pesquisa dando-me voto de confiança deste o momento da entrevista e ao longo do processo.

Aos membros da Banca Examinadora,

Alonso Bezerra de Carvalho e Genivaldo de Souza Santos contribuindo para que essa dissertação fosse finalizada.

Aos Professores do Minter,

Alonso Bezerra de Carvalho, Ana Clara Bortello Nery, Eduardo Jose Manzini, Henrique Tahan Novaes e Iraíde Marques de Freitas Barreiro. Obrigado por nos dar um norte aos estudos e pesquisa.

UTFPR e UNESP/Marília,

por ter oportunizado este mestrado aos servidores desta Instituição de Ensino.

Aos colegas de trabalho,

por estar comigo em todos os momentos.

Agradecimento especial

à Nelci Aparecida Zanette Rovaris, e Neron Alipio Cortes Berghauser por estar sempre disponíveis a me ouvir.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo incorporar o conceito de modernidade líquida para analisar as transformações envolvidas na educação no momento em que esta passa a se realizar a distância. O conceito de liquidez definido pelo autor polonês Zygmunt Bauman é aplicado em sua essência nos dias atuais seja na vida cotidiana, no trabalho, na vida pessoal de cada indivíduo, e interage diretamente na sociedade. Descrevo como as políticas públicas e sua aplicabilidade condicionaram as tendências desta sociedade líquido moderna. A metodologia utilizada nessa dissertação é a pesquisa bibliográfica tendo como base as publicações do autor referenciado acima, bem como autores afins baseada no conceito de flexibilidade, individualidade e fluidez. A educação nos tempos líquido-moderno e suas inferências junto aos jovens estudantes, bem como novos modelos de ensino e de aprendizagem alcançando o aluno onde quer que se encontre. Como acontece essa nova maneira de ensinar nos tempos atuais? Como estudar por conta própria sem estar em sala de aula, presencial, e atender toda a demanda que o curso oferece? Como estar capacitado para o mercado de trabalho que é o objetivo atual da economia de mercado, onde somos tratados como consumidores potenciais e alunos como produto para o mercado consumidor.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Modernidade líquida. Educação a Distância

ABSTRACT

This dissertation aims to incorporate the liquid modernity concept to analyse the transformations in education when it passes to be held at distance. The concept of liquidity defined by the Polish author Zygmunt Bauman is applied in its essence nowadays, be in every day's life, at work, in the personal life of each one and interacts directly in the society. I cite how the public politics and your applicability are role models to the tendencies of this liquid modernity society. The methodology used in this dissertation is the bibliographic research, using as basis the publications of the above mentioned author, as well as, others related authors based on the concept of flexibility, individuality and fluidity. The education in liquid-modern times and their inferences along with young students, as well as the new models of teaching and learning reaching the student doesn't matter where he or she is. How is this new way of teaching works in nowadays? How to study by heart without being in a classroom, and attend all the demand the course offers? How to be qualified to the job market which is the main objective of economy today, where we all are treated as potential consumers and the students are goods to the consumer market.

Keywords: Neoliberalism; Liquid modernity; Distance education.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial

CNE – Conselho Nacional de Educação

EaD – Educação a Distância

EUA – Estados Unidos da América

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

SEED – Secretaria de Educação a Distância

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO	16
1.1 Neoliberalismo.....	16
1.2 Neoliberalismo na educação	25
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO E CONSUMO NO MUNDO LÍQUIDO	35
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO EDUCAÇÃO LÍQUIDA	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

A obra de Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, entrou em minha vida, de maneira súbita, em dezembro de 2012, durante a entrevista de seleção/classificação para ingresso no mestrado MINTER/UNESP, Câmpus Marília.

Ao ser entrevistada foi me perguntado se conhecia a obra de Zygmunt Bauman. No momento fiquei tensa e falei a verdade, não a conhecia. Após a entrevista escrevi para o professor Sinésio pedindo-lhe maiores informações sobre o sociólogo que me foi apresentado durante a entrevista. Adquiri *Modernidade Líquida*, e, a partir desse momento, Zygmunt Bauman começou, aos poucos, a adentrar em minha vida, a fazer parte de minhas interrogações e reflexões, instigando-me para novas leituras e novas descobertas.

Ainda que conhecesse o cotidiano do ambiente de educação formal-presencial, a Educação a Distância – EaD – não despertava maior curiosidade; parecia-me uma modalidade singular de educação. Jamais imaginei que a EaD pudesse ser fruto de um movimento mais amplo, de transformação da sociedade contemporânea, e, menos ainda, que o entendimento sobre sua gênese se imbricasse em questões de ordem política, social, cultural e econômica, isto é, questões mais amplas analisadas no âmbito da Sociologia. Zygmunt Bauman chegou e despertou-me para a EaD, a ponto de percebê-la como parte do atual cenário da educação e que traz, em sua essência, o traço mais explícito da singularidade da modernidade que é o caráter liquefeito da contemporaneidade, sua fluidez e sua volatilidade.

O encantamento levou-me à proposta dessa dissertação que objetiva estudar a educação a distância na perspectiva da teoria sociológica de Zygmunt Bauman que a denomina de “educação líquida”, isto é, aquela que se consolida nos processos econômicos de enxugamento de custos estatais, na primazia dos critérios utilitários do mercado, no desconfinamento das populações e liquefação dos vínculos afetivos e pessoais. Identificar como as ponderações do sociólogo Zygmunt Bauman estão implícitas na educação a distância a partir do momento em que se acentuava o desenvolvimento da informática e que o neoliberalismo abria caminho para novas visões de vida, ainda na década de 1980, quando era implantada nova maneira de governar em uma parcela considerável de países.

Naquela e nas décadas seguintes a escola torna-se híbrida, entrelaça homem e tecnologia, imprime velocidade e fluidez às informações obtidas, e convive com a incapacidade de estabelecer interações reais entre docentes e discentes. Porque nesse mundo líquido o momento presente é algo visto como perda de tempo se ficar parado e ouvir o outro, olhar nos olhos ou estar lado a lado interagindo. É a busca incessante de algo, que não se sabe o que é realmente importante ou necessário. O fundamental é estar navegando ou surfando em redes sociais ou outros ambientes virtuais. Conforme Gumbrecht (2010), uma presença é algo que se possa tocar, tangível, com a qual mantemos uma relação no espaço e que pode ter algum tipo de relação entre eu e o mundo. No mundo líquido moderno, essa relação não existe ou é considerada ultrapassada.

Parto do pressuposto de que a mediação pedagógica em EaD acontece por intermédio de ferramentas tecnológicas e em ambiente virtual, para perceber a necessidade de investigar como se engendram as relações interpessoais e como se revela a fluidez nesse ambiente em que é constante a distância física entre os atores envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. Subjacente, questiono quais as transformações socioeconômicas e culturais que ocorrem na modalidade de EaD para suprir o déficit afetivo existente, segundo defesa de Zygmunt Bauman. Por que nos tempos líquidos, as instituições de ensino não conseguem permanecer no mesmo formato por muito tempo? Porque tudo é flexível, volátil e sem intensidade, inclusive o ensino?

Ao dividir com o professor Sinésio minhas inquietações sobre tal temática e apresentar-lhe essa questão, encontrei um aliado, e juntos desenvolvemos essa dissertação, com o propósito de contribuir para a ampliação de estudos acerca da modalidade de educação a distância, na modernidade líquida, prestando-se, possivelmente, como incentivo para novas reflexões em instituições de ensino que trabalham com EaD. Estudos sugeridos como formação de professores nesse mundo líquido e como é a relação afetiva entre docentes e discentes na pós-modernidade, seja na educação presencial ou na modalidade educação a distância.

O objetivo geral dessa dissertação é incorporar o conceito de modernidade líquida para analisar as transformações envolvidas na educação no momento em que esta passa a se realizar a distância. Seus objetivos específicos são descrever as transformações econômicas e políticas que condicionaram as tendências de fragmentação e desconfinamento das instituições sólidas do passado; definir a

educação e o consumo no mundo líquido e refletir a educação a distância no contexto modernidade líquida baumaniana. Quais as relações entre o conceito de modernidade líquida com a modalidade educação a distância?

A fim de encontrar respostas à questão norteadora e atender aos objetivos propostos, no desenvolvimento de nosso trabalho dissertativo, adotamos princípios do método científico. Conforme Ruiz (2002), o método deve ser entendido como conjunto de fases e técnicas a serem vencidas ordenadamente na investigação ou levantamento dos fatos.

Os procedimentos metodológicos e a técnica adotada nessa dissertação caracterizada como pesquisa bibliográfica, a qual é elaborada a partir da consulta em publicações de Zygmunt Bauman e autores afins, baseada no conceito de modernidade líquida para entender as transformações na educação a distância que se efetiva, predominantemente, em países onde prevalece a orientação neoliberal que, na concepção do sociólogo polonês, é movida pela economia-líquida.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, revistas e artigos científicos, dissertações, teses, bem como outras fontes que possam contribuir para enriquecer os dados teóricos sobre os quais serão feitas as considerações sobre o tema da pesquisa. Pode ser realizada independentemente ou constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Organizamos essa dissertação em capítulo, divididos em títulos e subtítulos sempre que julgamos necessário. No capítulo I descrevemos que o neoliberalismo é um movimento político econômico que propõe o desmantelamento das instituições sociais criadas pelo modelo de Estado Benfeitor e como o modelo neoliberal influenciou a sociedade e a educação brasileira. Também relato como as ideologias são formadas e como o sistema neoliberal fortalece a classe social mais elevada ou a elite, em detrimento das camadas populares. O Ministério da Educação lançou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB –, tratando pais e educandos como consumidores e os docentes como produtores de saberes para o mercado, exatamente como o programa neoliberal trata a população. Como ações de organismos internacionais, exemplo o Banco Mundial, junto com o governo brasileiro, repercute decisivamente sobre a educação. A crise do capitalismo no mundo se reflete na cultura, na

educação e na sociedade, com o entendimento de que as políticas públicas brasileiras quase nunca vieram contribuir decisivamente na educação, ocasionando evasão escolar, exclusão e uma educação de má qualidade. O modelo neoliberal é uma opção política da maioria dos países desde o final do século XX e início do século seguinte; uma alternativa que fez interferência na maioria da população no que se refere à vida em sociedade, nos aspectos tanto individuais como coletivos. Lembremos que o objetivo do neoliberalismo é sua relação com mercados abertos e tem como princípio tratar a população como consumidores.

No capítulo II, avaliamos a modernidade líquida em sua essência. Zygmunt Bauman e autores afins que compartilham sobre a sociedade individualizada, fluida e líquida e que o autor polonês descreve em seus livros. Atualmente o capital viaja leve, composto por bagagem de mão, uma pasta, o celular e um computador portátil. Pode parar em qualquer ponto do caminho, bem como não precisa ficar muito tempo para satisfazer uma necessidade. O mundo se recusa a ficar parado; ele está repleto de possibilidades com incontáveis oportunidades a serem descobertas ou já superadas. Para que essas possibilidades continuem infinitas é melhor que permaneçam líquidas, escorregadias, difíceis de serem alcançadas para que as oportunidades sejam exploradas continuamente. A opção de escapar da individualização e de não querer participar de seu jogo está decididamente descartada, segundo as palavras do autor Bauman.

No capítulo III, a ênfase está na modalidade de educação a distância, a EaD, que foi oficial e recentemente implantada no Brasil, a partir da criação da Secretaria de Educação a Distância – SEED, pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Na perspectiva da teoria sociológica de Zygmunt Bauman verificamos que a educação também acompanhou essa liquidez, essa individualização. A EaD foi planejada e organizada de tal forma para ser oportunizada ao maior número possível de pessoas; bem ao gosto da sociedade pós-moderna, vista e tratada como rede. As instituições de ensino aderiram a esse modelo de educação, disponibilizando para a população uma nova modalidade de ensino, educação a distância, intensificando as relações discentes e docentes em redes. Não existe mais olho no olho, face a face. O mundo virtual veio para ficar e tomar conta do universo da educação, e reduzir o tempo de contato entre docentes e discentes.

E refletindo sobre estas características evidenciamos efetivamente que a modernidade líquida atingiu também o ensino, diretamente na modalidade de educação a distância.

CAPÍTULO I – NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

No presente capítulo, estabelecemos os primeiros fundamentos para as reflexões propostas nessa dissertação, os quais são concebidos como parâmetros de análise para sustentar as hipóteses. À luz da modernidade baumaniana, a metáfora das areias movediças serve para indicar os substratos “líquidos” sobre os quais se apoia a sociedade contemporânea, notadamente simpatizante do ideário neoliberal, cujos governantes e empresas privadas estimulam o fortalecimento das forças de mercado e abdicam da responsabilidade de promover justiça social e de assumir compromisso público com a educação.

1.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo nasceu na região onde imperava o capitalismo na Europa, principalmente o Reino Unido, e na América do Norte, logo depois da Segunda Guerra Mundial, afigurando-se como uma reação teórico-política contra o Estado do Bem-Estar Social – *welfare state* –, com característica essencialmente antiintervencionista. Contudo, seu marco decisivo foi o ano de 1947, em *Mont Saint Pèlerin*, Suíça, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando, em conferência e inspirados no liberalismo econômico clássico, o economista austríaco Friedrich August von Hayek e intelectuais simpatizantes dessa ideologia puseram em discussão o autoritarismo estatal que impedia o desenvolvimento sustentável da sociedade. Dessa reunião ficou decidido que o objetivo central era a livre competição e a livre circulação do capital, o mercado deve ser a ação reguladora de todo o processo, conforme Anderson (1995).

Como resultado imediato da Conferência de Suíça ocorreu a fundação de uma organização defensora do ideário neoliberal. Nessa organização, o neoliberalismo era um programa atuante e tinha como propostas: a privatização dos setores da economia nacional; a desregulamentação do sistema financeiro e a transferência dos serviços públicos para o serviço privado, com a redução dos encargos e direitos sociais e gastos governamentais, desejando a construção de

uma nova sociedade desregulamentada, em que os cidadãos tivessem acesso à livre concorrência, sem depender de ninguém para prosperar, cuja nova ordem social, invariavelmente, levaria à desestruturação das barreiras geopolíticas entre os países, dando vazão ao fenômeno da globalização.

Globalização, nova ordem mundial, mundialização do comércio e da produção industrial, alta modernidade, sistema mundial: não importa a terminologia utilizada e sua base epistemológica. O que importa apanhar, neste novo contexto, é o processo de formação de uma nova ordem global, tendo por base o poder econômico, ao invés do poder político, deslocando a discussão sobre as relações de poder para questões técnicas, de gerenciamento eficaz e eficiente dos recursos. Há um processo de “despolitização” em face de uma visão tecnocrática, gerencial e pragmática, onde a grande empresa capitalista é posta como modelo (PRETI, 1998, p.20).

Bianchetti (2005, p.21) compreende o neoliberalismo como “um movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos, em meados da década de 70”. Para o autor, constitui-se em uma doutrina econômica que “propõe o desmantelamento das instituições sociais criadas pelo modelo de Estado Benfeitor” – características do pensamento keynesiano –, ou seja, desestruturação total das “instituições reguladoras do mercado que têm por finalidade reduzir os riscos derivados das flutuações que se produzem no funcionamento do livre mercado”, defendendo a total liberdade de mercado e a não mediação estatal sobre a economia.

É um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Este é um movimento ainda inacabado. [...] Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje (ANDERSON, 1995, p.12).

Assim, o pensamento neoliberal originado no início do século XX, nos debates econômicos europeus e com os representantes da Escola Austríaca de Economia, especialmente com Friedrich August von Hayek, que se preocupava com o excessivo poder dos movimentos trabalhistas frente à crise econômica, em que os sindicatos reivindicavam aumento salarial e gastos sociais que comprometiam a acumulação do capital dos grandes empresários, se alastrou pelo mundo.

Moraes (2001) esclarece que, paralelo aos debates europeus, houve fortalecimento das Escolas de Chicago e de Virgínia que inauguram a fase norte-

americana do neoliberalismo e se posicionaram contrária ao *welfare state*. Os principais expoentes da Escola de Chicago foram Theodore William Schultz (1902-1998), Milton Friedman (1912-2006), Gari Becker (1930-2014), ligados à teoria do capital humano, e na Escola de Virgínia, despontou James M. Buchanan (1919-2013), defensor da teoria da escolha pública (*Public Choice Theory*).

O neoliberalismo se apresenta como ruptura no tempo, como o início de uma época radicalmente distinta à organização social anterior; portanto, proclama sua autonomia do passado para ganhar a liberdade de construir novas formas de vida e novas instituições, [...] Esse é o sentido da frase 'o fim da história' que anuncia o triunfo do capitalismo neoliberal sobre o socialismo e sobre qualquer outro regime político em que se pudesse pensar (IBARRA, 2011, p. 247).

Sobre esse momento histórico, Gros (2004) relata que a solução para os liberais estava na adoção de medidas que diminuíssem os gastos sociais e restaurassem a taxa de desemprego a fim de desestabilizar os sindicatos. Ao mesmo tempo, essas ações teriam o objetivo maior de garantir a estabilidade monetária dos países europeus.

De acordo com Amaral (2007), o neoliberalismo marca a dependência e a vulnerabilidade externa dos países subdesenvolvidos ou países periféricos em relação aos países centrais, especialmente, a partir da década de 1990 quando se intensifica o processo de financeirização da economia mundial que caracteriza a dependência do capitalismo atual. Para a autora, é a partir de então que a lógica especulativa passa a predominar sobre a lógica produtiva, subordinando o capital produtivo ao capital financeiro. Como consequência, há crescente vulnerabilidade externa, que associada à fragilidade financeira, faz com que os países afetados pela dependência do capital estrangeiro tenham baixa resistência econômica, agravada, sobretudo, pela busca de valorização desse capital – papéis adquiridos – que entra e sai desses países muito rapidamente, sem estabelecer vínculo ou interesse na resolução dos problemas financeiros e socioeconômicos gerados por essa mobilidade do capital; nas palavras da autora, a fuga do capital é uma consequência da situação presenciada e vivida.

O neoliberalismo pretende converter-se no fundamento de uma nova ordem internacional, reformulada a partir das novas condições do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e que implica, para o resto dos países, em uma nova forma de domínio sobre aqueles que não desenvolveram o controle do mecanismo de produção de conhecimento (BIANCHETTI, 2005, p.27).

Em 1979, a grande experiência neoliberal, de acordo com Ahlert (2005), foi a implantação do programa neoliberal na Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher, marcado por privatizações, redução significativa dos impostos sobre os rendimentos altos, cortes de gastos sociais, que afetaram diretamente a economia estatal e ameaçaram os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. A Inglaterra tem um novo gerenciamento no programa neoliberal e ingressa definitivamente na era do individualismo.

No ano seguinte chegou a vez dos Estados Unidos da América, EUA, com a eleição do presidente Ronald Reagan, em 1982, a Alemanha no governo Kohl, e em 1983, a Dinamarca, com o governo de Schluter. Esclarece Anderson (1995) que, com exceção da Suécia e da Áustria, todos os países do norte europeu aderiram ao novo regime, na experiência neoliberal.

Pouco a pouco, foi se desenhando um modelo que alterava tanto as condições econômicas e sociais existentes na Inglaterra, quanto a sua estrutura jurídico-institucional, de modo a compatibilizar-se com a implementação do modelo neoliberal. Seu eixo central era fortalecer a 'liberdade de mercado', buscando o espaço da Inglaterra na nova configuração do capitalismo (ANTUNES, 2008 p.34).

Conforme Antunes (2008), essa nova configuração do capitalismo contempla a expansão dos empregos aos trabalhadores não manuais, ampliação de serviços à população, principalmente serviços privados e a expansão do trabalho autônomo. Também há enxugamento das empresas, principalmente a produção enxuta, aumento de pequenas empresas produtivas e diminuição da estrutura burocrática administrativa. O autor explica que a era Thatcher foi marcada pelo crescimento da prestação de serviços, com menor produção e voltado ao financeiro, diminuição da coletividade e crescimento individualizado, menos contratação e mais desregulamentação, mais flexibilização e diminuição na rigidez nas relações capital e trabalho, entre outros resultados.

Bresser-Pereira (2010) destaca que não foi por acaso que os países com piores desempenhos econômicos, os EUA e o Reino Unido, na década de 1970, tenham adotado o novo arranjo econômico. O presidente Ronald Reagan se aliou aos neoliberais, rentistas financeiros e altos executivos que praticavam a financeirização. Financeirização foi prática efetuada no capitalismo em que os mercados e transações financeiras ganharam força no sistema econômico e as transformações da economia mundial refletiram diretamente na sociedade. Com

objetivo de reduzir os salários através da flexibilização e os benefícios sociais proporcionados pelo Estado e oportunizar a desregulamentação dos mercados, especialmente os financeiros, o neoliberalismo norte-americano avança. Mas, explica o autor que, para justificar essa abordagem política, foi necessário adotar algumas medidas como, por exemplo, motivar o trabalho duro e recompensar os que se destacam no grupo, alegando que são indivíduos e não uma sociedade, que cada qual produz e rende independentemente do outro.

Lembra Bresser-Pereira (2010) que o início do trabalho individual na era pós-moderna, defendia a viabilidade de mercados autorreguladores e mercados financeiros. A riqueza financeira tornou-se independente da produção, isto é, bancos e investidores financeiros, por meio de inovações financeiras arriscadas criaram riquezas fictícias para capturar maior fatia da renda nacional, da riqueza real.

Com tal pensamento, o ideário neoliberal atinge territórios para além da Europa e EUA; chega à América Latina na década de 1970 para, assevera Anderson (1995, p. 19), concretizar a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”.

Ahlert (2005) explica que, em 1973, o Chile foi o primeiro país latino-americano a testar as teorias do neoliberalismo, seguido pelo país vizinho Argentina.

A iniciativa chilena ocorre durante a ditadura, entre os anos de 1973 a 1989, que inspirado em teórico como Hayek, Friedman e outros expoentes da Escola de Chicago, o país aplicou o receituário liberal em toda a sua plenitude, com desemprego, desregulamentação, repressão sindical, a “redistribuição” de renda favorecendo os ricos e a privatização dos bens públicos, comenta Foxley (1988).

No Brasil, o programa neoliberal foi adotado pelo presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) e teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que abrigou e protegeu o mercado para o capital privado, principalmente na área da educação, com ascensão da iniciativa privada e organizações não governamentais.

De acordo com Bastos (2012), o neoliberalismo no Brasil teve alguns objetivos bem definidos como: a) flexibilizar a legislação trabalhista e o gasto social; b) vender as empresas estatais; c) elevar taxas de juros tanto quanto exigido pelo “mercado”; d) direcionar os bancos públicos para apoiar as privatizações.

Para Bresser-Pereira (2010), o neoliberalismo além de ser um liberalismo econômico radical, marca uma ideologia hostil aos pobres, aos trabalhadores e ao Estado de Bem-Estar Social. Os desdobramentos gerados pela opção da política

neoliberal levam o Brasil a uma crise que poderia ter sido evitada se o Estado democrático tivesse assumido sua função de comandar efetivamente os mercados financeiros. Explica o autor que a adoção da política neoliberal requer reformas econômicas orientadas para o mercado, como privatizações, desregulamentação, comércio livre, bem como normas fiscais e política monetária restritiva como práticas para fortalecer e reformar o Estado.

De acordo com Ibarra (2011), historicamente, o neoliberalismo propaga-se no Terceiro Mundo como alternativa para a solução dos problemas, como a crise financeira, o crescimento e o desenvolvimento econômico, entre outros. Com a livre concorrência dos mercados acabaria o atraso do desenvolvimento e a abertura dos mercados além-fronteira, entretanto, os investimentos se efetivariam no país. O neoliberalismo seria a salvação da crise econômica vivenciada nos países subdesenvolvidos e medida eficaz contra a corrupção e privilégios desmerecidos.

Enquanto a era dourada do capitalismo, entre 1950-1970, conforme Bresser-Pereira (2010), foi marcada pela estabilidade financeira e mercados financeiros regulados, bem como pela redução da desigualdade social e altas taxas de crescimento econômico, na era do capitalismo neoliberal o oposto aconteceu: a instabilidade financeira cresceu rapidamente, as taxas de crescimento diminuíram e a desigualdade entre as classes sociais elevou-se privilegiando uma minoria da população, os poderosos e os mais ricos da sociedade brasileira. A educação nessa época estava dividida entre o grupo da Escola Nova comprometidos com ideais e o grupo que defendia a privatização da educação brasileira, que dizia dar liberdade aos pais na escolha do tipo de ensino que desejam para seus filhos. A privatização prevalece e os escola-novistas são derrotados ao ser aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Bianchetti (2005) menciona que o modelo econômico neoliberal, colocado em prática na maioria dos países, propôs a desregulamentação da economia, “flexibilizando” as oportunidades dos ricos, gerando processo de acumulação sem distribuição para o restante da população. Nesse modelo, as empresas privadas são responsáveis pela organização dos mercados e pelas regras de produção, conforme Sader e Gentili (1995). Os produtos e serviços estão disponíveis para atender às necessidades básicas do consumidor e às necessidades do mercado. Mas, para tal mecanismo funcionar, a publicidade, em sua magnitude, disponibiliza o consumo em

larga escala à população e, nesse compasso, as políticas neoliberais caminham junto com a publicidade com o objetivo específico de acumulação de riqueza.

Em quase meio século de existência, conforme Anderson (1995), a história de experiência dos países mais ricos do mundo mostra que, economicamente, o neoliberalismo fracassou por não conseguir nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado, cuja essência é a competição entre empresas e indivíduos. Porém, socialmente seus objetivos foram alcançados criando sociedades com maior peso de desigualdades, embora não desestatizadas como almejava. No campo da política e da ideologia, o neoliberalismo alcançou êxito ao disseminar a ideia de que não há alternativas para seus princípios, sendo necessário que todos, seja confessando ou negando, adaptemo-nos a suas normas.

Os neoliberais consideram que as sociedades do mundo capitalista foram desviadas do processo natural evolutivo de suas instituições e devem retomar seu desenvolvimento, realizando um ajuste estrutural sobre a base do modelo econômico neoclássico considerado como a manifestação objetiva das relações naturais entre os homens (BIANCHETTI, 2005, p.22).

Bresser-Pereira (2010) afirma que, para compreender o fracasso econômico do neoliberalismo, é fundamental que haja comparação entre os trinta anos dourados e os trinta anos neoliberais, ou seja, de 1950 a 1970 os anos dourados e na sequência cronológica, os anos do neoliberalismo financeirizado. A desregulação dos mercados financeiros e a prática das inovações financeiras realizadas pelos investidores e capitalistas foram alguns dos motivos dos pífios resultados econômicos do neoliberalismo. A flutuação do dólar americano, na década de 1970, levou a crise global na década seguinte. A instabilidade financeira e as taxas baixas de crescimento junto à desigualdade econômica entre as classes sociais culminaram com a descrença no poder público, fator esse primordial para a construção de uma sociedade sólida e bem estruturada.

As características principais desta fase do capitalismo estão centradas na globalização da economia, no fim das fronteiras econômicas, no desmonte do Estado, na destruição dos direitos sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, comunicação, estabilidade de emprego, aposentadoria digna, destruição das economias microrregionais etc. Essa globalização competitiva cria um jogo de poder onde as megaempresas transnacionais, em vez de levarem ao desenvolvimento povos e nações, apenas buscam maximizar os seus lucros através da tecnologia e de engenharias altamente racionalizadas. Sua política investe contra o autodesenvolvimento dos povos (AHLERT, 2005, p.132).

Os capitalistas permanecerão ricos, diz Bresser-Pereira (2010), porém um pouco menos ricos, mas os pobres, esses ficarão mais pobres e os países com rendimentos médios e com novas estratégias de desenvolvimento surgirão mais fortalecidos na economia mundial.

No mundo globalizado, conforme Valle (2010), o que as nações necessitam são de políticas neoliberais que fortaleçam suas relações no contexto do mercado internacional, do mercado globalizado.

Assim, globalização, aliada ao neoliberalismo, atingiu o mundo de forma impiedosa, afirma Ahlert (1995) em seu artigo; gerou um clima de insegurança, instabilidade até mesmo na classe social alta. As inovações tecnológicas, os meios de produção, o consumo mais elevado que a oferta, o atrofiamento das atividades financeiras, a baixa oferta de mão de obra, trabalho escasso, a deterioração do meio ambiente e além da crise fiscal foram causas do caos da economia mundial.

O 'objetivo social' ou o 'propósito comum' para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o 'bem comum', o 'bem-estar geral' ou o 'interesse comum'. Não é necessário muito esforço para se perceber que esses termos não estão suficientemente definidos para determinar uma linha específica de ação. O bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores. O bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações. Não é possível exprimi-las de modo adequado como um objetivo único, mas apenas como uma hierarquia de objetivos, uma ampla escala em que cada necessidade de cada pessoa tem o seu lugar (HAYEK, 2010, p.75).

Após o programa neoliberal, expõe Bueno (2003), ter desregulamentado todos os setores da economia e provocado o acirramento da competitividade, levou o mundo na década de 1980 à generalização dos programas de aperfeiçoamento da qualidade e os japoneses saíram na frente destacando-se pela qualidade total, com defeito zero na indústria e na produção de bens e serviços. Contudo, para atender a tal programa de qualidade com defeito zero é fundamental que a organização atenda alguns requisitos como: a) cliente: atender as necessidades prementes do consumidor, se antecipar a essas necessidades, surpreender o consumidor e ter clareza sobre quem são os clientes da qualidade total, ou seja, são consumidores, fornecedores, distribuidores e empregados; b) espírito de equipe: todos os envolvidos no processo devem ter habilidades técnicas específicas bem como, habilidades interpessoais, nos trabalhos colaborativos e nas tomadas de decisões. O entrosamento da equipe é fundamental para que se faça um trabalho de qualidade e

para isso a educação e o aperfeiçoamento deve fazer parte da vida do trabalhador. Ter um líder atuante na equipe é primordial para que o trabalho produza os resultados esperados e que seja aperfeiçoado o trabalho cooperativo; c) liderança: o papel deste indivíduo é fazer com que a equipe trabalhe feliz, que ele provoque entusiasmo e entrosamento pelo trabalho. Que o papel de cada um no processo é fundamental e decisório para que a qualidade total aconteça sem desperdício da matéria prima. O líder deve estar “atenado” com toda a equipe e ser atuante na resolução de conflitos; d) filosofia da qualidade: a organização deve adotar como missão a filosofia da qualidade e a reeducação empresarial é necessária para cortar práticas ineficientes do passado e rever novas maneiras de administrar. As organizações devem ter em mente que a prioridade número um é atender as necessidades dos consumidores, sejam lá quais forem e, em seguida, atender as necessidades de seus empregados e, conseqüentemente, seus acionistas terão os investimentos garantidos na organização.

Buscamos novas maneiras de sobrevivência e estratégias para obter lucro pelo capital e isso afeta diretamente os trabalhadores, escreve Preti (1998), seja devido à perda do emprego e dos direitos sociais ou por exigir competências e saberes que as novas tecnologias de produção inovam constantemente. Essas novas tecnologias a disposição do mercado reduzem a necessidade de mão de obra exigindo de cada um de nós, maior qualificação. Com isso, há maior interferência entre o conhecimento e a vida econômica do país. Para fazer com que esse processo melhore é necessário investimento em qualidade de vida na sociedade, bem como reinventando um Estado mínimo, flexibilização e competitividade no trabalho, eficiência e qualidade total nas ações diárias.

Conforme Neves (2014), a educação brasileira também está entrelaçada ao programa neoliberal em que a privatização do ensino se faz simultaneamente com outras empresas estatais. A privatização é um dos pilares essenciais do neoliberalismo. Mas, não é em todas as áreas em que incidem as políticas públicas que pode ou deve ser aplicada a estratégia neoliberal da privatização. Então, restam a focalização e a descentralização; a primeira substitui o acesso universal pelo acesso seletivo, e, a segunda, descentraliza as operações gerenciais, mas sem a pretensão de desvincular, do poder central, as decisões políticas. É pelo viés de uma ou do conjunto dessas vias neoliberalistas que passam as políticas públicas sociais, em especial, as da educação.

1.2 Neoliberalismo na educação

Conforme Höfling (2001), as políticas públicas são projeto de governo movido por ações do Estado para setores específicos da sociedade e são utilizadas diretamente pelo neoliberalismo para agir na educação. As políticas sociais são as ações que o governo realiza para executar os projetos políticos visando ao bem-estar social de sua população. A educação é uma política pública social, de responsabilidade do Estado, garantindo o direito individual de formação pessoal e profissional. As políticas públicas sociais, para os neoliberais, são ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios oriundos do desenvolvimento da acumulação capitalista, sendo este o maior entrave para o desenvolvimento da sociedade. Para eles, quanto mais o Estado interferir mais estará obstruindo os direitos e a liberdade individual, coibindo a livre iniciativa, a concorrência do mercado, e bloqueando os mecanismos de que o mercado necessita para estabelecer o equilíbrio. Para os neoliberais, a livre concorrência dos mercados é o grande equalizador da sociedade. No panorama educativo, o neoliberalismo traz em sua essência a ideia do mercado com mecanismo de regulação e que levará qualidade e autonomia às escolas.

Ahlert (2005) concorda com Höfling (2001) que políticas públicas são ações desenvolvidas efetivamente pelo Estado para atender às necessidades da população, seja na prestação de bens e serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipal, na distribuição e redistribuição de riquezas. São práticas fundamentais para um país se desenvolver saudavelmente, seja na economia, saúde, educação, bem-estar social, tecnologia, meio ambiente, entre tantos outros segmentos da sociedade. Conforme Cunha e Cunha (2002, p.12), “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo.”

As propostas de descentralização da educação têm suas origens na concepção global do modelo. Partindo na premissa sobre as características do Estado, a redução de sua esfera de ação é um dos imperativos do modelo, de que deriva a necessidade de transferir a âmbitos menores a responsabilidade na execução das políticas que fazem funcionar a sociedade. Esta transferência de responsabilidade aos Estados ou aos municípios coincide também com a proposta da necessidade de um maior controle dos pais sobre a educação (BIANCHETTI, 2005, p.101).

Explica Moraes (2001) que as políticas públicas brasileiras, no período neoliberal, são marcadas por duas tendências: lógica dos mercados e sua eficiência baseadas nos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980; e a incapacidade de gerenciar a transição por influência do fim da ditadura existente. Com isso, a partir de 1980, surgem pressões para aumentar a participação popular buscando, com isso, desprivatizar o Estado e cobrar a dívida social.

O neoliberalismo atribui à educação um papel estratégico com a intenção de atingir os seguintes objetivos, apresentados por Marrach (1996): a) juntar a educação escolar ao trabalho e a pesquisa científica preparando o acadêmico para a livre iniciativa e para o mercado de trabalho com mão de obra qualificada; b) usar a escola como mecanismo de transmissão dos princípios doutrinários, ou seja, pretende adequar a escola à ideologia dominante; c) transformar a escola em mercado fabricante de produtos para a indústria. O produto pode ser cultural e/ou de informática ou qualquer outro produto ou serviço disponível no mercado. O neoliberalismo enxerga estudantes e seus pais como consumidores. Estes objetivos descritos pela autora atende o que o Banco Mundial propôs aos países em desenvolvimento, ou seja, segue a lógica de mercado, restringe a ação do Estado garantindo educação básica e a educação superior e pós-graduação ficam sujeitos as leis de oferta e procura.

Os cursos são implementados conforme a necessidade do mercado e se alguma profissão não for reconhecida no mercado ou deixa de ser importante no mercado de trabalho, a iniciativa privada perde investimentos para sua manutenção e melhoramento, sendo assim o curso é extinto. As políticas educacionais têm como função preparar, mobilizar e beneficiar a mão-de-obra atendendo às necessidades do capital por meio das políticas públicas, reposicionando a força do trabalho, controlando a pressão da classe trabalhadora e evitando uma crise governamental.

As políticas sociais, de acordo com Bianchetti (2005), no contexto neoliberal, não devem ser responsabilidade do Estado, por causar desequilíbrio nas condições sociais de cada cidadão, aumento de gastos levando à crise fiscal e a uma intervenção nas decisões das empresas privadas.

Na realidade, expõe Valle (2010), as políticas públicas estão mais direcionadas aos órgãos externos devido à procura por mão de obra e o mercado consumidor, do que realmente satisfazer as necessidades do cidadão. Os indivíduos são elementos de adaptação ao novo modelo de gestão. Focadas nas necessidades

do mercado, as políticas públicas se adaptam aos interesses das grandes corporações, formando a mão de obra qualificada para atender às necessidades do mundo globalizado. O objetivo do mercado é o lucro, independentemente de quais oportunidades educativas estejam disponíveis.

O Banco Mundial, assumindo o papel de regulador do Estado, propõe reformas educativas aos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil nesse pacote, destacando as seguintes propostas de acordo com Arruda (1998): a) prioriza a educação básica e estimula os países a disponibilizar recursos públicos para este fim, elencando sempre os benefícios sociais e econômicos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo, com o objetivo de diminuir a pobreza no mundo; b) a reforma educativa deve estar interligada à melhoria da qualidade e à eficiência da educação. Para saber sobre a qualidade e eficiência da educação, ela deve ser avaliada constantemente, através do rendimento escolar, da evasão escolar, da infraestrutura e dos equipamentos escolares e fundamentalmente o método utilizado no ensino e na aprendizagem resultando no valor agregado à escolaridade, isto é, qual benefício a escola leva ao aluno e à sociedade; c) os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa compreendem: capacitação pessoal, fortalecimento dos sistemas educativos (matrícula, assistência social, insumos e custos) e reestruturação orgânica de todos os setores que contribuem direta ou indiretamente com a educação; d) descentralização e autonomia das instituições escolares, sendo as mesmas responsáveis por seus resultados na aprendizagem. Autonomia política, financeira e administrativa com poder decisório; e) participação da comunidade e dos pais nos assuntos escolares definindo claramente o caminho que a escola deseja trilhar; f) ter na educação agentes ativos como o setor privado e os organismos não governamentais nas tomadas de decisões, na qualidade e nos projetos financiados pelo Banco Mundial; g) alocação de recursos adicionais para a educação básica. Aumentar o tempo de relação professor-aluno e oportunizar a todos os indivíduos o acesso à universidade; h) as necessidades de aprendizagem na educação são variadas e complexas, por este motivo é primordial que as escolas tenham estratégias e ações multissetoriais para atender todo o processo de ensino e aprendizagem; i) o Banco Mundial recomenda uma análise das prioridades na educação, utilizando ferramentas para saber exatamente o custo benefício e taxa de retorno do indivíduo à sociedade. Qual o custo do mesmo para ser inserido na sociedade e quanto vai produzir depois de capacitado.

A educação formal é financiada e quase inteiramente administrada por entidades governamentais ou instituições sem fins lucrativos. Essa situação desenvolveu-se gradualmente e é de tal forma considerada natural que pouca atenção explícita é dirigida às razões desse tratamento especial reservado às escolas – mesmo nos países predominantemente partidários da livre empresa, quer na organização quer na filosofia. O resultado foi uma extensão indiscriminada da responsabilidade do governo (FRIEDMAN, 1984, p. 83).

A educação na década de 1990, coordenada pelo Ministério da Educação – MEC – teve como finalidade principal o processo de reconstrução econômica do país, com parâmetros de produtividade e rendimento, determinados por organismos internacionais, por meio da globalização da economia, criando um formato de educação com base na formação de mão de obra para atendimento exclusivo ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, as reformas educacionais direcionaram para formação geral e capacidade de mão de obra para o trabalho. Explica Gentili (1996), o problema da educação brasileira nessa época, está no gerenciamento educacional brasileiro causando evasão escolar, repetência, analfabetismos entre outras consequências. Silva (2012) concluiu que o problema da formação humana é uma questão de gerenciamento de todo o processo educacional, e não apenas do método a ser utilizado ao longo do processo. É necessário conceber novas ferramentas que possibilitam diferentes mecanismos e formas de ação do professor, para que possa ultrapassar a reprodutibilidade da experiência própria, característica do mundo do consumo.

De acordo com Friedman (1984), o Estado precisa não mais interferir na educação, transformá-la em mercado livre e deixar a critério dos pais em qual escola ou instituição de ensino e modelo de educação seus filhos vão estudar. Com isso diminuiria o ônus do Estado bem como sua interferência na vida social dos cidadãos. Na concepção neoliberal, uma das estratégias possíveis para viabilizar a não interferência do Estado é a descentralização. Em relação à educação, as propostas para a descentralização

[...] têm suas origens na concepção global do modelo. Partindo na premissa sobre as características do Estado, a redução de sua esfera de ação é um dos imperativos do modelo, de que deriva a necessidade de transferir a âmbitos menores a responsabilidade na execução das políticas que fazem funcionar a sociedade. Esta transferência de responsabilidade aos Estados ou aos municípios coincide também com a proposta da necessidade de um maior controle dos pais sobre a educação (BIANCHETTI, 2005, p.101).

Conforme Bueno (2003), a liberdade de escolha do indivíduo, na verdade, oculta um controle eficiente da classe dominadora privilegiando ainda mais a elite, e

o sistema de produção é o responsável em moldar o corpo e a mente do trabalhador adaptando-se ao sistema dominante. E deixa um exemplo bem claro deste controle:

Tanto a dona de casa ouvinte do programa matutino de rádio, o trabalhador que assiste ao mundo cão televisivo no início da noite, quanto o universitário fã do *talk-show* e do seriado norte-americano sobre alienígenas referendam, por meio de suas diferentes formas de entretenimento, o mesmo princípio de, ao perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha, legitima uma democracia sem sujeitos (BUENO, 2003, p.44).

Temos que aprender diariamente a viver nesse mundo flexível, líquido e instável. Todos somos atingidos exatamente como a citação do autor Bueno acima, independe de nível social, classe ou idade. A educação tem papel significativo nesse mundo líquido, exatamente porque o governo passou a intervir diretamente no sistema educacional consorciando as empresas privadas e deixando a mercê da própria sorte como e em que instituição de ensino seus filhos irão estudar. Dois pontos são estratégicos para essa intervenção, como critica Ahlert (2005), o primeiro era o direcionamento da formação do indivíduo para atender diretamente à produção capitalista, ou seja, formação de mão de obra para a fábrica, indústria com visão tecnológica, e o segundo ponto era a disseminação do liberalismo como forma de organização social através da livre iniciativa e mercado livre. Com estes dois pontos traçados passam a ser cobrados melhores desempenhos educacionais básicos nos países em desenvolvimento para atender todas as condições necessárias à globalização.

A questão da privatização do ensino nos anos 90, pela sua dimensão e pelas suas consequências, deve ser encarada como uma das principais questões políticas da atualidade brasileira. O neoliberalismo está educando para a submissão que, numa dimensão internacional, nos encaminha para a perda da soberania nacional e, numa dimensão nacional, encaminha as próximas gerações para a perda da capacidade de pensar e decidir autonomamente (NEVES, 2014, p.9).

Höfling (2001) também concorda que no programa neoliberal não é responsabilidade do Estado oferecer educação pública ao cidadão. O sistema estatal de oferta educacional compromete as possibilidades de escolha por parte dos pais quanto à educação desejada para seus filhos. Desta maneira, o Estado deve dividir ou transferir esta responsabilidade para o setor privado. Além de possibilitar às famílias o direito de escolha em relação à educação desejada de seus filhos, também estimula à competição e melhoria dos serviços oferecidos à sociedade, mantendo padrão desejável de qualidade.

As rápidas transformações econômicas requerem uma formação técnico-científica básica e o acesso a um saber universalizante. Requerem não mais um trabalhador robotizado, que consiga executar uma sequência de operações mecânicas, privilegiando atividades sensório-concretas, mas sim um trabalhador que possa executar atividades de abstração, com capacidade analítica e o domínio de linguagens diversificadas. Mais do que aprender a fazer, ele deve ser formado para aprender a aprender (PRETI, 1998 p. 22).

Enquanto os defensores do neoliberalismo apelam, de acordo com Bueno (2003), ao aperfeiçoamento contínuo do mundo, envolvendo padrões da qualidade total, temos como resultado a degradação cada vez maior da vida. Quanto mais se busca a excelência da qualidade dos produtos e serviços, maior é o número de miseráveis e pobres no mundo, inclusive nos países de primeiro mundo. De fato, o movimento neoliberal por meio das políticas públicas globalizadas levou um contingente humano à exclusão social.

Exclusão social se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras (LOPES, 2006, p.13).

A receita neoliberal para os países do Terceiro Mundo é responsabilizar sempre o estado burocrático e ineficiente e o excessivo protecionismo aos trabalhadores, bem como os obstáculos impostos à livre concorrência do mercado. Eliminados todos estes entraves, por meio da desregulamentação econômica, haverá condições reais para o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos.

A educação, de acordo com Lopes e Caprio (2014), reproduz a força do trabalho para o capital formando profissional conforme a necessidade do segmento do mercado, explorando excessivamente a mão de obra pelo setor privado. Na década de 1990, com o neoliberalismo no Brasil, intensificaram-se as ações políticas e as reformas educacionais lançando-se a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social. Política e educação andam juntas para que o processo possa caminhar adequadamente, desse modo a política coloca em prática os objetivos da educação.

Explica Bianchetti (2005) que com o neoliberalismo desaparecia o poder centralizador, permitindo que as atividades de serviço do governo fossem delegadas a autoridades regionais ou locais; assim descentraliza-se a autoridade legislativa

superior, dá-se autonomia às instituições educacionais, mas ressalta-se que tal autonomia restrita, é apenas administrativa como: infraestrutura, merenda, transporte. Os demais procedimentos continuam dirigidos e centralizados no Estado, como: avaliações, livros didáticos, currículos, cursos, privatizações da educação.

Conforme Bueno (2003), o que resta aos países do Terceiro Mundo é a desregulamentação da economia tornando-se atraente ao capital estrangeiro. Só assim poderão atingir níveis de crescimento e abaixar seus respectivos níveis de desemprego. Novamente, o Estado é condenado em sua burocracia, na ineficiência e na morosidade nos processos, mas é obrigado a eliminar os obstáculos que dificultam a entrada do capital estrangeiro, como impostos excessivos sobre a produção, bem como o protecionismo trabalhista.

O neoliberalismo assume cada vez mais, no discurso e na prática, o convencimento da sociedade pelos meios de comunicação, de que a única saída da crise econômica, da crise política e da educação é o projeto neoliberal, assevera Preti (1998). Para o autor, as estratégias de convencimento neoliberal, centram-se nas estatísticas que demonstram que a educação formal se expandiu rapidamente oportunizando todos os segmentos da sociedade a se instruir, e na atribuição da responsabilidade pela improdutividade do sistema educacional ao Estado, por ter se tornado paternalista e assistencialista. Essas atitudes do Estado impossibilitam a escola de desenvolver sua capacidade de se organizar e se adequar aos novos tempos, sem falar no incapacitado corpo docente, indiferente às inovações e ferramentas que chegam maciçamente e disponíveis na realidade diária; além dos sindicatos de classes que lutam por questões salariais e não relevam todas as outras bandeiras indispensáveis para se tornar um docente capacitado.

O que pregava o discurso neoliberal, de acordo com Ahlert (2005), era que projetos e programas governamentais voltados à educação estavam atrelados ao governo que, por incompetência ou burocracia, levava anos para evoluir algo bom para a sociedade e, por tal motivo, era fundamental privatizar a educação, dando autonomia às instituições privadas. No discurso, tudo o que era estatal não prestava, era burocrático, demorado e oneroso para o país. Com essas ideias foram disseminando-se para outras áreas de atuação do governo, de políticas públicas, culminando com as privatizações das rodovias, atendimento à saúde e à comunicação, além da educação que, como já mencionado, era péssima, aumento da evasão escolar e repetência altíssima, não preparava o indivíduo para a

produção, isto é, para o mercado de trabalho. Para os neoliberais, o fracasso escolar era responsabilidade total da incompetência do Estado. Tal teoria foi propagada entre a população que estava sem educação, desempregada e/ou baixos salários. Preti (1998) complementa esta ideia ao afirmar que:

O programa de reforma institucional da escola, que está sendo proposto e implementado pela política educacional neoliberal do nosso atual governo, propõe que as escolas funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais, para que coloquem no mercado seus produtos, obedecendo às regras de controle da qualidade e da produtividade (PRETI, 1998, p.22).

Bueno (2003) confirma que a falência educacional brasileira não está ligada diretamente ao déficit de vagas, mas ao altíssimo índice de repetência, levando um percentual de 2,5% dos alunos concluírem o ensino fundamental sem ter sido reprovado ou evadido da escola. O autor cita também que aproximadamente 50% dos escolares reprovam na primeira série da educação básica, desestimula a criança a levar seus estudos com afinco, e, em consequência, muitos abandonam em definitivo os estudos. Uma educação sem sujeito. O governo repassa o orçamento e as instituições de ensino devem ter autonomia de administrá-lo bem perante o juízo da comunidade. Mas, afirma Preti (1998), o maior problema educacional no período neoliberal é que a escola pública vive em profunda crise financeira, falta desde o corpo docente ao estrutural, tornando-a ineficiente em seu produto final, que é disponibilizar mão de obra capacitada para o mercado de trabalho. Além de ser uma crise gerencial, a escola precisa urgentemente se tornar competitiva no que faz, deixando o lado político e focar no objetivo específico que é o mercado de trabalho. As instituições de ensino precisam estabelecer mecanismos de avaliação constante dos serviços educacionais e sempre focados nas necessidades do mercado, exatamente porque a educação, no discurso neoliberal, abdica do campo social e político e ingressa no mercado e, como tal, precisa ser funcional a sua semelhança, na livre concorrência.

Então, pelo viés dessa concepção, a educação precisa urgentemente se desvincular da educação pública e de um direito social de todos. No entendimento de Bueno (2003), nessa concepção, ela, a educação, é uma mercadoria que pode ser consumida livremente pelo consumidor que está disposto a adquiri-la; está na igualdade de oportunidade a todos e sua aceitação está em quem consegue comprá-la. O autor esclarece que, no ideário neoliberal, a ética do cidadão por oportunidades iguais é substituída pela noção de equidade, isto é, a disposição para

reconhecer imparcialmente o direito de cada um, presumindo a aceitação da desigualdade social na busca do consenso.

Na educação, analisa Bueno (2003), o neoliberalismo deixa de lado os referenciais de cidadania e a liberdade do sujeito, substituindo-os pelo consumo do serviço educacional à disposição dos consumidores. Reconhece o autor que a ideologia neoliberal legitimou a crescente concentração de renda no mundo nas mãos de pouquíssimos indivíduos e/ou organizações, evidenciando a miséria nos países do Terceiro Mundo ou em países onde o colonialismo deixou registradas suas marcas. Mas, o combate à pobreza e à miséria, há que se lembrar de que, na concepção neoliberal, é um dos campos, senão o único, que legitima a criação e a implementação de políticas públicas sociais focalizadas. Os benefícios focalizados reduzem custos, os setores no extremo da pobreza são conquistáveis com recursos limitados. Afinal, pobre custa pouco, muito pouco, afirma Moraes (2001). Ao contrário, expõe o autor, é altamente dispendioso, para os cofres públicos, preparar um profissional para atender as necessidades do mercado de trabalho neoliberal. Por tal razão, em vez de lutar por políticas públicas de educação, é altamente conveniente deixar que o indivíduo construa sua própria política educacional no mercado de serviços escolares; pouco importa se esses serviços são prestados na forma presencial, que privilegia a relação interpessoal dos atores no decorrer do processo educativo, ou no formato a distância, que privilegia a virtualidade. O preço pago por deixar o indivíduo a própria sorte, será um profissional muitas vezes mal formado e com baixa qualidade de ensino.

Preti (1998) expõe alguns atributos indispensáveis para o novo profissional desse mercado de trabalho, como: disciplina, cooperação, participação, organização, responsabilidade, concentração e assiduidade além de deter boa formação geral, bem como capacidade para perceber todo o processo em que está envolvido, atento a tudo o que acontece ao seu redor, leal e responsável pelo trabalho executado. Ora, se a escola privada deu conta de desenvolver ou não tais capacidades e/ou habilidades no processo formativo desse profissional, o próprio mercado de serviços escolares explicitará o resultado. Porém, se a livre concorrência é forte mecanismo de regulação do mercado, lembra-se que cabe ao Estado neoliberal fomentar a harmonia entre capital e trabalho. Equalizar formação profissional, capital da iniciativa privada aplicado à educação e mercado de trabalho para o contingente de formados, sobretudo, é uma tarefa difícil. Para dar conta dessa tarefa, inúmeras

vezes, o Estado implanta políticas públicas focalizadas como: financiamento no ensino superior, meu primeiro emprego, jovem aprendiz, e tantas outras que, em suma, constituem-se em políticas de mercado de trabalho.

Mariani (2007) aduz que o mundo caminha para o individualismo, para a cultura do lucro, para o descrédito com a maioria dos partidos políticos, dentre tantos outros aspectos que, sobretudo, facilitaram a ascensão e sustentam o ideário neoliberal no século XXI; desfaz-se a sociedade produtora, estrutura-se a sociedade consumidora; vive-se a modernidade líquida baumaniana.

A sociedade que entra no século XXI não é menos 'moderna' que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou da criatividade destrutiva [...]) – em nome da produtividade ou da competitividade (Bauman, 2001, p.36).

O mundo pós-moderno, de acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, é marcado pela inquietude das possibilidades, das escolhas e da falta de modelos. Os problemas sociais transcorrem pela vida cotidiana do indivíduo contemporâneo em que o autor denomina modernidade líquida. Toda a gama de especulações que gira em torno do indivíduo, seja sobre o medo público, o consumo exacerbado e impulsivo e a fragmentação dos valores éticos da alteridade, são assuntos que o autor disponibiliza para nos questionar, meditar e analisar esta sociedade de consumo e a sua falta de personalização em relação a cooperação com o outro. Por isso que Bauman adotou o termo liquidez para definir esta época pós moderna, na qual a incapacidade de permanecer em sua forma é rápida e sob a influência de pequenas ou mínimas pressões muda-se constantemente de forma, posição e modo de vida. As interações humanas são tratadas superficialmente, quase que como se fosse obrigação, os encontros sociais acontecem na exposição em redes sociais para exibição pública. Estes assuntos trataremos no próximo capítulo, a verdadeira modernidade líquida vivida nos tempos de hoje, como vivemos em sociedade, o relacionamento interpessoal, o indivíduo nesta sociedade pós moderna e como é a educação e suas formas de ensinar, bem como o que os jovens desejam neste momento no mundo líquido moderno.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO E CONSUMO NO MUNDO LÍQUIDO

Nesse capítulo, buscamos compreender o significado atribuído por Zygmunt Bauman à expressão modernidade líquida, inclinando tal conceito a fim de interpretar criticamente a educação do século XXI a partir da assertiva de que dentre seus desafios, um dos mais complexos é aprender a caminhar sobre areias movediças. Então começamos pela diferenciação entre modernidade sólida e modernidade líquida a partir do conceito de modernidade, tal como definido por Zygmunt Bauman (1998b)

[...] um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações socioestruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista) (BAUMAN, 1998b, p. 299-300).

Discutimos, então, à luz do corpo teórico de Zygmunt Bauman, modernidade sólida e modernidade líquida a partir de três elementos inter-relacionados que se constituem exemplos de continuidade e descontinuidade da própria modernidade. Um deles diz respeito à condição geral da modernidade que, para o sociólogo analisado, está ainda presente no cotidiano das sociedades do século XXI; trata-se do processo de ‘derretimento’ – fluidez, liquidez e leveza – como tarefa moderna da sociedade atual, que se contrapõe ao processo de ‘solidificação’ – fixidez, solidez e peso – da sociedade do início da era moderna; respectiva continuidade e descontinuidade. As “consequências cambiantes” formam os dois outros elementos de análise; são as diretas descontinuidades, ou seja, passagens de uma a outra característica dos vários processos que se imbricam no seio da sociedade pela modernização; passagem da estética do trabalho para a estética do consumo, da regulação para a desregulação da economia e formação do sistema dual – sistema oficial das ‘economias nacionais’ dos Estados, o real, mas não oficial, das unidades e instituições transnacionais, e o surgimento da condição que impossibilita a formação de comunidades reais.

Na inicial análise desses elementos, evidenciamos que Bauman (2001) faz um comparativo entre modernidade líquida e sólida. Enquanto a modernidade sólida é pesada, mantém capital e trabalho presos em gaiola de ferro, bem como em uma

era de engajamento mútuo, a modernidade líquida é leve, fluída, rápida e dá a liberdade para que um dos parceiros; capital ou trabalho, possa sair da gaiola. A modernidade líquida também se relaciona com o desengajamento, com a fuga fácil, a perseguição inútil e a liberdade de se mover em qualquer direção. O trabalho sem ponto fixo permite ao capital ser volátil, transitar espontaneamente entre outros negócios, dando liberdade de viajar livremente, na busca de lucros inesperados, confiante de que jamais haverá escassez e ele é o responsável pelo fator das divisões sociais no mundo. Bauman (2001) conta como Bill Gates se tornou milionário em seu trabalho:

Gates repetidamente declarou preferir 'colocar-se numa rede de possibilidades a paralisar-se num trabalho particular' [...] Gates parecia um jogador que 'floresce em meio ao deslocamento'. Tinha cuidado em não desenvolver apego (e especialmente apego sentimental) ou compromisso duradouro com nada, inclusive suas próprias criações. Não tinha medo de tomar o caminho errado, pois nenhum caminho o manteria na mesma direção por muito tempo e porque voltar atrás ou para o outro lado eram opções constante e instantaneamente disponíveis (BAUMAN, 2001, p.144).

Bauman (2001) descreve a pós-modernidade e explora como poucos os termos sólido e líquido, e explica todas as mudanças ocorridas na sociedade presente. Ele reinventa a frase de Marx, a qual dizia que 'tudo o que é sólido se desmancha no ar', que tudo o que é sólido, previsível e unificado, transforma-se em líquido, leve e flexível.

[...] os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. [...] os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos[...] assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas 'por um momento'. Em certo sentido os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa (BAUMAN, 2001 p.8).

Ao querer usar tempo-espaço, Bauman (1999, p.137) observa que são ao mesmo tempo diferenciados e diferenciadores em sua colocação perante o indivíduo e a sociedade. Tudo depende de quem utiliza e como utiliza o espaço e o tempo. Enquanto para algumas pessoas espaço e tempo é vivido na globalização, na liberdade e/ou movimento, para outros indivíduos significa apenas localização, com isso gera mudanças ou interações nas relações sociais. "Se todas as partes do espaço podem ser alcançadas a qualquer momento, não há razão para alcançar qualquer uma delas num dado momento e nem tampouco razão para se preocupar

em garantir o direito de acesso a qualquer uma delas”. Há uma desvalorização do espaço e como consequência, temos interferência diretamente nas relações sociais.

A pós-modernidade chega para derreter os sólidos, eliminar as obrigações e construir a nova ordem que Bauman define como ‘modernidade líquida’. Se antes existiam mecanismos de controle e disciplina e zelava-se pela segurança, hoje o maior desejo é a liberdade. Afirma Bauman (1998, p. 8-9): “o anseio de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências particulares da civilização ou contra a civilização como um todo”. Os prazeres da vida civilizada vêm em um pacote fechado com os sofrimentos, a satisfação com o mal-estar, a submissão com a rebelião. Felicidade é a “satisfação de necessidades represadas até um alto grau e, por sua natureza, só é possível como fenômeno episódico”. Nosso sociólogo vai além e afirma que a liberdade sem segurança não garante felicidade, e nem segurança sem liberdade garante a mesma. Segurança com liberdade dá ao indivíduo menos mal-estar, porém nos tempos líquidos não se consegue ter as duas necessidades fundamentais juntas. Quando se tem uma necessidade, a outra é bem menor, e a angústia toma conta da vida do indivíduo.

A modernidade fluída, que não tem forma própria, não terá duração eterna. Seu idealismo de instantaneidade será substituído pelo curto e, em seguida, pelo longo prazo. A instantaneidade faz com que cada momento tenha capacidade infinita e a infinidade tenha momentos fugazes. “A infinidade de possibilidades esvaziou a infinidade do tempo de seu poder sedutor, a durabilidade perde sua atração e passa de um recurso a um risco” (BAUMAN, 2001, p.146).

Os escritórios mais veneráveis e as fábricas mais orgulhosas de seu longo e glorioso passado tendem a desaparecer da noite para o dia e sem aviso; empregos tidos como permanentes e indispensáveis, do tipo ‘impossível passar sem eles’, se evaporam antes que o trabalho esteja terminado, habilidades outrora febrilmente procuradas, sob forte demanda, envelhecem e deixam de ser vendáveis muito antes da data prevista de expiração; e rotinas de trabalho são viradas de cabeça para baixo antes de serem aprendidas (BAUMAN, 2003, p.46).

O agora é uma incerteza, afirma Bauman (2001). A incerteza divide, não une, é uma poderosa força individualizadora. E como a incerteza do presente não deixa o indivíduo reagir, ele não se prepara para o amanhã, seja no trabalho, na vida do dia a dia, perde o interesse pela ideia comum e pelo valor prático do cotidiano. As fobias, as ansiedades, as angústias da era moderna levam à solidão do indivíduo. Ele se torna um ermitão. Cada qual vivendo no seu mundo individualizado. Nada se

soma, acrescenta ou acumula, em uma causa comum, nem endereço específico tem. Porque o mundo é volátil, efêmero, fluído; o fato de agora estar aqui não significa que amanhã ainda estará. Completa Silva (2012, p.60) que “cada indivíduo inicia um caminho no qual busca assumir critérios muitas vezes, nem tão claros, acerca de como atuar em um contexto que aparece não estar mais em suas mãos”.

A receita do sucesso é ‘seja você mesmo’, e não ‘seja igual ao resto’. É a diferença, não a mesmice, que vende melhor. Não é mais suficiente possuir conhecimentos e habilidades ‘próprios do cargo’ e já demonstrados por outros que executaram o mesmo trabalho antes ou se candidatam a ele no momento. É bem provável que essa atitude seja vista e tratada como desvantagem. É preciso oferecer ideias incomuns, ‘diferentes das outras’, projetos excepcionais que ninguém mais sugeriu; e, acima de tudo, uma tendência silenciosa e dissimulada a andar com os próprios pés (BAUMAN, 2009, p.76).

É a surpresa. “Esse mundo, nosso mundo líquido moderno, sempre nos surpreende; o que hoje parece correto e apropriado amanhã pode muito bem se tornar fútil, fantasioso ou lamentavelmente equivocado” (BAUMAN, 2009, p.6).

Viver o presente é o desejo de todos, porque a única história interessante é o que se faz no aqui e agora. Todos estão conscientemente comprometidos com o crescimento econômico de seu país para elevar o padrão de qualidade de vida dos cidadãos, mas para que esse objetivo seja alcançado é necessário planejamento, direção e controle social dessa mudança. O tempo está a favor do homem, mas é o próprio homem o responsável por encontrar seus caminhos. “Para projetar o futuro, é preciso estar firmemente plantado no presente” (BAUMAN, 2001, p. 156).

A virtude que se proclama servir melhor os interesses do indivíduo não é a *conformidade* às regras [...] mas a flexibilidade: a prontidão em mudar repentinamente de táticas e de estilo, abandonar compromissos e lealdades sem arrependimento – e buscar oportunidades mais de acordo com sua disponibilidade atual do que com as próprias preferências (BAUMAN, 2007, 10).

Bauman (2001) argumenta que a nova solidão do indivíduo e da comunidade resultou em um conjunto de mudanças, como a renúncia e o abandono do Estado de suas principais responsabilidades como provedor, o que se configura como rubrica fatal para a modernidade líquida. O governo se eximiu de toda e qualquer responsabilidade quanto à segurança e à garantia de ir e vir de todo cidadão.

A educação também se transforma, na medida em que o Estado cria novas políticas educacionais, novas leis e regulamentos, novos modelos e formas de ensinar. Os jovens estão ansiosos pelas novas tecnologias, eles não querem mais a

educação no formato tradicional, a inovação faz parte do dia a dia do mundo pós-moderno e as instituições de ensino também se modificam para não perder a capacidade de ensinar as novas gerações. Em termos práticos, de acordo com Silva (2012), o processo educacional envolve inovações tecnológicas para a sociedade e as instituições sociais são as responsáveis em direcionar e conduzir os indivíduos tendo como foco a concepção humana a ser disseminada e materializada em toda a sociedade.

A continuidade não é mais marca de aperfeiçoamento. A natureza outrora cumulativa e de longo prazo do progresso está cedendo lugar a demandas dirigidas a cada episódio em separado: o mérito de cada episódio deve ser revelado e consumido inteiramente antes mesmo que ele termine e que o próximo comece. Numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo (BAUMAN, 2001, p.158).

Para Semeraro (2006), o movimento fluído da informação faz com que o mundo do trabalho incorpore novos conhecimentos, gerando e exigindo preparo intelectual das pessoas envolvidas no processo do trabalho, promovendo mudanças nas organizações e categorias dos trabalhadores. A velocidade aliada à diversidade na produção de produtos e serviços disponibilizados aos consumidores faz a grande diferença da modernidade para a pós-modernidade. Sofisticado, flexível, leve, fluído, o indivíduo trafega em qualquer sentido e direcionamento em busca de novas oportunidades seja no trabalho ou na vida diária.

Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. [...] Derreter os sólidos significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações irrelevantes que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; como dizia Max Weber, libertar a empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas; ou como preferia Thomas Carlyle, dentre os vários laços subjacentes às responsabilidades humanas mútuas, deixar restar somente o 'nexo dinheiro' (BAUMAN, 2001, p.10).

O espaço escolar, de acordo com Kenski (2003), é composto por salas de aulas e seus móveis e equipamentos, pátio, biblioteca, quadra esportiva, enfim toda a estrutura física do prédio com disposições elaboradas especificamente para atender os atores envolvidos – docentes e alunos – se transforma com a chegada da escola virtual. Esta modalidade de ensino surgiu com muita força nesse início de século graças às inovações tecnológicas, transformando escola em redes, diminuindo as distâncias no espaço real e a aula acontece com grupos virtuais em

lugares indefinidos, em casa, escritórios, bibliotecas, *lan house*, enfim em lugares distintos. O espaço físico na escola virtual se caracteriza por um local em que docentes e discentes partilham e compartilham mensagens, textos, conteúdos de disciplina, vídeos para propagação de saberes por meio de atividades colaborativas.

Modernidade líquida e vida líquida estão interligadas. A vida líquida, Bauman define (2007b) como a forma de conduzir a vida em uma sociedade líquido-moderna. E as condições impostas pela sociedade são de mudanças em um tempo muito curto, sem tempo para consolidar rotinas, hábitos, virtudes, valores ou formas de agir do indivíduo. A vida nessa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada ou o indivíduo perece no meio do caminho.

A maior dificuldade para a sociedade civil nesses tempos líquidos é questionar. O indivíduo não reconhece mais o certo e o errado e continua a andar e a escorregar em si mesmo, pois o mundo flui rapidamente e não há tempo para questionar. A própria sociedade não aceita o questionamento, a crítica, a justificativa, ou qualquer outro mecanismo que tenha que se expor, explicar ou mesmo interagir. Pós-modernidade significa ser incapaz de ficar parado. Move-se o tempo todo para qualquer lugar que se deseja na busca desenfreada pela satisfação que não se sabe o que é nem onde se encontra. “Não olhe para trás, ou para cima; olhe para dentro de você mesmo, onde supostamente residem todas as ferramentas necessárias ao aperfeiçoamento da vida – sua astúcia, vontade e poder” (BAUMAN, 2001, p.38). É seu interior que pode definir sua vontade e seu poder de mudança. Contudo, para que esta vontade tenha liberdade de agir, o mundo precisa estar livre de obstáculos como cercas, barreiras, fronteiras fortificadas, entre outras.

O que constitui o traço mais explícito da singularidade da modernidade, de acordo com Bauman (2001), é o caráter liquefeito da contemporaneidade, sua fluidez e sua volatilidade. São duas características que identificam este processo: o abandono de uma ilusão moderna estabelecida – crença de que há um fim do caminho que se percorre – e a desregulamentação e privatização de tarefas e deveres. “A ‘desregulamentação’ é a palavra da hora e o princípio estratégico louvado e praticamente exibido pelos detentores do poder” (BAUMAN, 2003, p.42).

O indivíduo não reconhece qualquer alternativa para si mesmo, não mais examina, demonstra, justifica ou valida o comportamento na sociedade. Cada um de nós vive no seu mundo particular. Cada cidadão busca seu próprio bem-estar. A individualização tomou conta do mundo. Não se engane, afirma (Bauman, 2001,

p.43), “a individualização é uma fatalidade, não uma escolha”. Então, a opção de escapar da individualização e de não querer participar de seu jogo decididamente está descartada.

Bauman (2001, p.45) esclarece que “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. O cidadão é aquele que busca seu bem-estar por meio do bem-estar da cidade, enquanto o indivíduo é cético, morno, desconfiado ou prudente em relação ao bem comum da população ou a uma sociedade justa e democrática. E o que deseja do poder público é que ele observe os direitos humanos e permita que cada um siga seu próprio caminho. A individualização sempre gera problemas seja para a cidadania ou para a gestão pública. O setor público é gerenciado pelo privado, o interesse da coletividade é reduzido a interesses de alguns, torna-se impossível para o cidadão compreender o que deseja como bem comum.

Para transpor o abismo da individualidade, pois não há como fazer por esforço individual, é fundamental que a política esteja a serviço da população. Bauman (2001, p.49) fala da “política com P maiúsculo”, quando os problemas privados são resolvidos na esfera pública e são negociados e acordados pelo bem da coletividade. Assim levará muito tempo para que o indivíduo se torne cidadão de fato. Bauman (2001, p.59) defende que “o elo entre os valores universais e a realidade da vida social historicamente constituída é a política”.

[...] é a defesa do reino público que está se esvaindo, ou melhor, a renovação do espaço público que se esvazia com rapidez devido à deserção em ambos os lados: a saída do cidadão interessado e a fuga do poder real para um território que, pelo que as instituições democráticas sobreviventes são capazes de fazer, só pode ser descrito como espaço exterior (BAUMAN, 2008, p.139).

Em pleno século XXI, o capital viaja leve, composto por bagagem de mão, uma pasta, celular e um computador portátil, significa que há melhorias e progresso na vida do indivíduo que pode parar em qualquer ponto do caminho, bem como não precisa ficar muito tempo para satisfazer uma necessidade.

Felizmente, dispomos hoje de algo que nossos pais nunca puderam imaginar: a internet e a web mundial, as ‘autoestradas de informação’ que nos conectam de imediato, ‘em tempo real’, a todo e qualquer canto remoto do planeta, e tudo isso dentro de pequenos celulares ou *iPods* que carregamos conosco no bolso, dia e noite, para onde quer que nos desloquemos (BAUMAN, 2009, p.6).

O mundo está repleto de possibilidades, com incontáveis oportunidades a serem exploradas ou superadas. Para que essas possibilidades continuem infinitas é

melhor que permaneçam líquidas, escorregadias, difíceis de serem alcançadas para que as oportunidades sejam exploradas continuamente. O ideal é ter a liberdade e o poder de fluir, livre de quaisquer barreiras que impeçam o cidadão de ir e vir. Bauman (2010) acentua que no mundo líquido moderno, os vínculos humanos e a resistência das coisas são observados como ameaças que limitam a liberdade de movimentos e a capacidade de obter novas oportunidades.

Libertar-se significa literalmente libertar-se de algum tipo de grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a sentir-se livre para se mover ou agir. Sentir-se livre significa não experimentar dificuldades, obstáculo, resistência ou qualquer outro impedimento aos movimentos pretendidos ou concebíveis (BAUMAN, 2001, p.23).

O principal cuidado, aponta Bauman (2001), é ter a capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar; bem como desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções. O consumidor tem tantas possibilidades que é infeliz por ter tantas opções de escolha e não pela falta delas. As tecnologias de informação e comunicação evoluem tanto que os consumidores ficam frustrados por não ter poder aquisitivo de acompanhar essa evolução. São desejos voláteis. O ter tornou-se obsessão.

Pobres daqueles que, em razão da escassez de recursos, são condenados a continuar usando bens que não mais contém a promessa de sensações novas e inéditas. Pobres daqueles que, pela mesma razão, permanecem presos a um único bem em vez de flunar entre um sortimento amplo e aparentemente inesgotável. Tais pessoas são os excluídos na sociedade de consumo, os consumidores falhos, os inadequados, [...] em meio à opulência do banquete consumista (BAUMAN, 2004, p.68).

A mercadoria adquirida impede o indivíduo por busca de variedade, conforme Bauman (2004), e a cada uso desse produto adquirido a novidade vai se apagando, em instantes ele é passado e o desejo de adquirir novos produtos sempre paira nas cabeças dos indivíduos da pós-modernidade.

A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme. Lutamos para negar, ou pelo menos encobrir, a terrível fluidez logo abaixo do fino envoltório da forma; tentamos desviar os olhos de vistas que eles não podem penetrar ou absorver. Mas as identidades, que não tornam o fluxo mais lento e muito menos o detêm, são mais parecidas com crostas que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se fundem e dissolvem novamente antes de ter tempo de esfriar e fixar-se (BAUMAN, 2010, p.97)

São três as características fundamentais das condições de vida: a precariedade, a instabilidade e a vulnerabilidade. É o enfraquecimento e a

fragilidade dos laços humanos, das comunidades e das parcerias. Cada pessoa corre atrás dos objetivos individuais. Vivemos em uma sociedade de valores voláteis, sem preocupação com o futuro, e determinam as novidades do mundo pós-moderno como inovações, a instabilidade como autoridade e a precariedade como valor. As pessoas vivem a arte da vida líquida, afirma Bauman (2007b).

A coletividade foi substituída pela individualidade. O indivíduo é produto a ser consumido e não a ser construído, o que não serve simplesmente é descartado. Bauman (2007) retrata a sociedade pós-moderna como rede, ela é percebida como uma matriz de conexões e desconexões. “Conexões são rochas em meio a areias movediças. Com elas você [...] pode parar de se preocupar com o aspecto lamacento e traiçoeiramente escorregadio do terreno onde está pisando quando uma chamada ou mensagem é enviada ou recebida” (BAUMAN, 2004, p.79).

A palavra ‘rede’ sugere momentos nos quais ‘se está em contato’ intercalados por períodos de movimentação a esmo. Nela as conexões são estabelecidas e cortadas por escolhas. [...] uma ‘conexão indesejável’ é um paradoxo. As conexões podem ser rompidas, e o são, muito antes que se comece a detestá-las (BAUMAN, 2004. p.11)

Ainda, entende Bauman (2004) que a rede é constituída por amontoados de caminhos e que você faz opções em quais deseja caminhar ou deslizar. As instituições de ensino foram atingidas pela intensificação das relações pela ‘rede’. Muitas instituições de ensino adotaram o ensino a distância ou algumas disciplinas tornaram-se não presenciais conforme o programa do curso oferecido.

Na compreensão de Bauman (2001, p.40), “a ‘individualização’ consiste em transformar a ‘identidade’ humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências [...] de sua realização”. A questão da identidade está intimamente relacionada ao processo de globalização, de modo que o impacto das mudanças geradas na sociedade questiona constantemente quem somos. Na modernidade sólida, o sujeito nascia com uma identidade, na qual deveria viver de acordo com padrões e regras impostas por sua classe social. Na modernidade líquida, o sujeito vive constantemente na busca de sua identidade. Ao se observar a velocidade com que os jovens vivem na pós-modernidade talvez seja possível responder o porquê eles não aprendem o que se ensina na escola ou será por que o acesso rápido aos meios de comunicação como internet e televisão supre as mais variadas necessidades do indivíduo?

Para Bauman (2001), “comunidade” é a última relíquia do imaginário humano de uma sociedade vivida ou sonhada, compartilhada com vizinhos, conversa a noitinha vendo a lua aparecer no céu e as crianças brincando ao redor, seguindo regras de convívio social. Esse tipo de convívio é um evento do passado, não há futuro para uma história assim ser continuada. Os consumidores procuram algo que está fora deles, a vontade de pertencer a alguém e/ou a uma comunidade, mas se esquecem de que antes de pertencer a alguém é fundamental pertencer a si mesmo. A comunidade é uma versão condensada de estar junto, que não ocorre na vida real, um estar junto por semelhança, por compatibilidade ou por afinidades. Ela, a comunidade pode pertencer a lugares que não precisam ser delimitados fisicamente; são espaços vazios, invisíveis, virtuais.

Na modernidade líquida, a “expressão ‘não fale com estranhos’ – outrora uma advertência de pais zelosos – [...] tornou-se o preceito estratégico da normalidade adulta. [...] regra de prudência a realidade de uma vida em que os estranhos são pessoas com quem nos recusamos a falar” (BAUMAN, 2001, p.127).

No século XXI, então é hoje, o mundo virtual está intensamente presente no dia a dia do indivíduo do que o vizinho que mora em frente ao seu apartamento. Conversa-se com pessoas do mundo inteiro sem saber exatamente quem são, mas dificilmente sabe-se quem é o morador da casa ao lado, sequer seu prenome. Em uma “vida de contínuas emergências, as relações virtuais derrotam facilmente a coisa real” (BAUMAN, 2010, p.67).

Compartilhar o espaço com estranhos, de acordo com Bauman (2004) é com certeza uma condição da qual consideramos difícil de conviver e acolher, devido à falta de segurança que temos, seja em cidades grandes ou menores. Conversar com estranhos nas ruas também se torna até amedrontador. Porém, temos que agir e viver com estranhos diariamente, a proximidade se faz necessária devido ao aumento da população e mesmo de seus movimentos, seja em busca de moradia ou trabalho. É necessário experimentar, fazer contato, fazer escolhas, não podemos viver ilhados ou acreditar que conversar virtualmente é mais seguro.

A diferença é algo com que se pode viver na medida em que se acredita que o mundo diferente é, como o nosso, um mundo com uma chave, um mundo ordenado como o nosso, apenas mais um mundo ordenado habitado por amigos ou inimigos, sem híbridos para distorcer o quadro e confundir a ação e com regras e divisões que podemos ainda desconhecer mas que podemos aprender se necessário (BAUMAN, 1999, p.68).

Bauman (2001, p.129) é enfático na defesa de que o tempo começou com a modernidade, e afirma: “a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”. O tempo é diferente de espaço; ele é um problema de *hardware* que os indivíduos podem mudar, manipular, modelar, inventar, criar, construir, usar ou controlar. É o rompimento da parceria dinâmica no casamento tempo-espaço. Enquanto o tempo é dinheiro, é dinâmico e vive concorrendo com a resistência do espaço, que é de encurtar distâncias, superar obstáculos, limitar a ambição humana entre outras funções. Com o tempo é possível estabelecer a meta de conquistar o espaço com seriedade. Foi na conquista do espaço que o tempo tornou-se flexível e maleável, exatamente porque tem objetivo específico e definido ‘devorar o espaço’ e fazer que cada segundo seja eternizado. Assim, a quase instantaneidade do tempo anuncia a desvalorização do espaço.

O trabalho mudou sua estrutura e seu conceito. Mudou sua forma de ser. As oportunidades estão disponíveis para todos. Bauman (2001, p.160) critica que raramente se enaltece quando o trabalho é executado, que enobreça o indivíduo que realizou ou que as pessoas se tornam melhores por fazer este trabalho ou aquele projeto. “Os caminhos da vida não se tornam mais retos por serem trilhados, e virar uma esquina não é garantia de que os rumos corretos serão seguidos no futuro”. A rotina do trabalho pode diminuir ou proteger, pode decompor ou compor uma vida. Depende de quem trabalha e de quem vê o trabalho executado. A flexibilidade no trabalho também faz parte da modernidade líquida. O indivíduo troca muitas vezes de trabalho, neste período pós-moderno, porque o trabalho é líquido, leve e a rotina não faz parte da mentalidade dos jovens de hoje, eles desejam a diversidade e novas experiências. A vida do trabalho é cheia de incertezas e inseguranças.

Pessoas com as mãos livres mandam em pessoas com as mãos atadas; a liberdade das primeiras é a causa principal da falta de liberdade das últimas – ao mesmo tempo em que a falta de liberdade das últimas é o significado último da liberdade das primeiras (BAUMAN, 2001, p.139).

Para que a lealdade e o compromisso mútuo caminhem de mãos dadas, de acordo com Bauman (2001), é necessário preparar o terreno. Caso contrário haverá utilização de trabalho de curto prazo, instável, despido de garantias e esporádico, bem como quanto às regras relativas: promoções e demissões foram esgotadas virtualmente.

A presente versão 'liquefeita', 'fluida', dispersa, espalhada e desregulada da modernidade pode não implicar o divórcio e ruptura final da comunicação, mas anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. Pode-se dizer que esse movimento ecoa a passagem do casamento para o viver juntos com todas as atitudes disso decorrentes e consequências estratégicas, incluindo a suposição da transitoriedade da coabitação e da possibilidade de que a associação seja rompida a qualquer momento e por qualquer razão, uma vez desaparecida a necessidade ou o desejo. Se manter-se juntos era uma questão de acordo *recíproco* e de *mútua* dependência, o desengajamento é *unilateral*: um dos lados da configuração adquiriu uma autonomia que talvez sempre tenha desejado secretamente mas que nunca havia manifestado seriamente antes (BAUMAN, 2001, p.171).

Todo indivíduo envolvido em uma atividade econômica pode ser classificado nas seguintes categorias, de acordo com Bauman (2001): a) manipuladores de símbolos – são as pessoas criativas, com ideias brilhantes, são desejáveis, negociadas nos mercados de produtos e serviços; b) reprodutores de trabalho – os indivíduos envolvidos com a educação e funcionários do Estado de bem-estar; c) serviços pessoais – mercados de pele. Trabalham face a face com o consumidor por meio de produtos ou serviços; d) trabalhadores de rotina – o movimento operário propriamente dito. São as pessoas que trabalham nas linhas de montagens ou redes de computadores, trabalham em série. São os que estão mais disponíveis, os mais substituídos e os mais dispensáveis no sistema econômico. Não há necessidade de habilidades particulares nem interação social com os clientes. É o chão de fábrica propriamente dito e conhecido. Esses funcionários sabem que são dispensáveis e, por isso, não há comprometimento com seu trabalho.

Para Bauman (2001), os indivíduos são tão leves e voláteis quanto a nova economia capitalista que os gerou. A busca de conexões e interfaces com outros indivíduos é feita maquinalmente. Há uma necessidade intensa de estar interligados com milhares de conexões ao mesmo tempo.

Sua riqueza vem de um recurso portátil: seu conhecimento das leis do labirinto. Eles adoram criar, jogar e estar em movimento. Vivem numa sociedade de valores voláteis, despreocupada com o futuro, egoísta e hedonista. Tomam a novidade como boas novas, a precariedade como valor, a instabilidade como imperativo, e a hibridez como riqueza... todos dominam a arte de viver em labirinto: aceitação da desorientação, disposição a viver fora do espaço e do tempo, com vertigens e tonturas, sem indicação da direção ou duração da viagem em que embarcam (BAUMAN, 2001, p.176).

Alguns vocábulos foram acrescentados na pós-modernidade, como cita Bauman (2001): as pessoas usam metáforas para expressar comportamentos e

atitudes, como dançar e surfar quando estão se referindo a ações do dia a dia, culturas e redes, equipes e coalizões quando se trata de engenharia e falam de influência quando estão se referindo ao controle, gerência ou liderança.

As organizações estão mais soltas, mais disformes, mais fáceis de dissolver quando precisam ser desmanteladas em curto prazo. Bauman (2001) destaca que a organização dos negócios está mais para a desorganização, tudo é reciclagem ou novidade constante, quanto mais fluida melhor é a organização. O que era há pouco, novidade logo, a seguir estará ultrapassado. O conhecimento também é volátil, e o ser humano envelhece rapidamente se não estiver conectado ao mundo fluido, líquido, é preciso querer mais, nunca acreditar que o conhecimento estabelecido anteriormente é o verdadeiro, porque o conhecimento também é líquido, fluido, escorre rapidamente entre os dedos.

Defende Bauman (2010) que o conhecimento começa a se dissolver no instante em que é apreendido. Lembra o autor que quando se patina sobre camada fina do gelo, a rapidez faz a diferença no resultado.

No mundo volátil da modernidade líquida, no qual é difícil uma forma manter sua estrutura pelo tempo necessário para garantir a confiança e se coagular numa credibilidade de longo prazo [...] andar é melhor que ficar sentado, correr é melhor que andar, e surfar é ainda melhor que correr. Melhor surfista é o que desliza com leveza e agilidade [...] e que está sempre pronto a abandonar as antigas preferências (BAUMAN, 2010, p.45-6).

Conforme Bauman (2001), as características comportamentais do indivíduo que, combinadas entre si, geram a falta de garantia sobre qualquer assunto relacionado à sua posição na sociedade; a incerteza em relação a seu futuro e sua estabilidade; e gera também a insegurança em relação a seu corpo, o seu eu e sua comunidade. A precariedade é a primeira condição comportamental que gera todas as outras. Ela é a marca da sobrevivência, do trabalho e do emprego. A sobrevivência se tornou frágil e mais frágil será nos próximos anos. A instabilidade no emprego é outra condição que aflige o indivíduo. No mundo do desemprego estrutural quase todos se sentirão inseguros. Emprego seguro em empresas seguras, só nos tempos dos bisavós e avós. A garantia de trabalho também está descartada, a nova regra é redução de tamanho, agilizar procedimentos e racionalizar o máximo possível; o que vale é a competitividade, produção e eficácia nos resultados. A flexibilização é, por vez, a ordem do dia.

A fraqueza, debilidade e a vulnerabilidade, de acordo com Bauman (2004), não são as únicas características do atual mundo líquido. Temos também fluidez, fragilidade e a transitoriedade que marcam as relações e interações humanas na sociedade. Elas afetam o emprego e as relações profissionais. Com o desaparecimento de certas habilidades profissionais não é fácil adquiri-las em um tempo muito curto. Neste momento, a educação deve dar sua contribuição à sociedade. Qualificando e aprimorando mão de obra para o mercado. A produção de lixo humano foi marcada em dois ramos da indústria moderna: a) produção e reprodução da ordem social – é seletivo e exigente com a matéria prima humana, quem não se enquadra nos requisitos são extirpados, excluídos para este nicho de mercado; b) progresso econômico – produz continuamente grande quantidade de lixo humano. Esse ramo de mercado exige mão de obra para produtividade e rentabilidade. São serviços operacionais, chão de fábrica, pessoas não qualificadas para outro ramo da economia que são descartadas quanto não atingem as metas exigidas pelas indústrias do progresso econômico. A sociedade não está preparada para receber tamanha quantidade de lixo humano descartado pela sociedade econômica, para isso é necessário que políticas públicas eficazes e eficientes façam sua função na sociedade, qualificando mão de obra e oportunizando essa parcela da população para retornar a economia ativa.

Ela anuncia empregos sem segurança, compromissos ou direitos, que oferecem apenas contratos a prazo fixo ou renováveis, demissão sem aviso prévio e nenhum direito à compensação. Ninguém pode, portanto, sentir-se insubstituível – nem os já demitidos nem os que ambicionam o emprego de demitir os outros. Mesmo a posição mais privilegiada pode acabar sendo apenas temporária e 'até disposição em contrário' (BAUMAN, 2001, p.185).

De acordo com Bauman (2001), não se pode perder, não aproveitar ou desperdiçar nenhuma oportunidade. É imperdoável e não há desculpa para essa atitude. Nesse mundo volátil, inseguro, instável, fluido, o indivíduo 'antenado ou ligado' fará de tudo para viajar mais leve e se livrar de tudo o que atrapalha ou amarra seus movimentos. Raramente terá tempo suficiente para firmar laços afetivos, humanos, porque tudo é rápido, passageiro, transitório e pode ser substituído quando perde o interesse ou a utilidade. Laços afetivos podem ser entendidos, vistos ou tratados como produto a ser consumido e não construído no dia a dia, na interação entre seres humanos.

O enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e das parcerias. Compromissos do tipo 'até que a morte nos separe' se transformam em contratos do tipo 'enquanto durar a satisfação', temporais e transitórios por definição, por projeto e por impacto pragmático - e assim passíveis de ruptura unilateral, sempre que um dos parceiros perceba melhores oportunidades e maior valor fora da parceria do que em tentar salvá-la a qualquer - incalculável - custo (BAUMAN, 2001, p.187).

Bauman (2001) discorre sobre a autoperpetuação, da falta de confiança da modernidade líquida. A sociedade capitalista teve como característica marcante a confiança formada no tripé da confiança em si mesmo, da confiança nas pessoas e da confiança nas instituições, condicionado a se apoiar entre si e se um dos alicerces falhava o colapso estava formado. A passagem do capitalismo pesado, modernidade sólida para o capitalismo leve e modernidade líquida, fluida, foi o período em que a história dos trabalhadores marcou presença. O autor usa metáfora para exemplificar como as coisas no mundo moderno são vulneráveis.

No estágio líquido da modernidade, só são fornecidos arreios como zíper, e o argumento para sua venda é a facilidade com que podem ser usados pela manhã e despídos à noite (ou vice-versa). As comunidades vêm em várias cores e tamanhos, mas se colocadas num eixo weberiano que vai de leve manto a gaiola de ferro, aparecerão todas notavelmente próximas do primeiro polo (BAUMAN, 2001, p.194).

Bauman (2003) expressa continuamente que a individualização é a marca registrada da modernidade líquida. Para fugir do individualismo, da acelerada liquefação da vida moderna causada pelo desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais que se perderam, os indivíduos reagem na busca de viver em comunidade, na busca de laços humanos que também se perderam devido à busca desenfreada de objetivos individuais. O viver individualmente está enraizado na vida da modernidade leve.

Bauman (2001) reconhece que as armas não estão disponíveis para todos de maneira generalizada. As iniciativas dos poderes públicos na modernidade líquida são o desregulamento e a privatização de empresas estatais, dando liberdade à iniciativa privada em todas as áreas da atuação humana. A segurança pessoal é uma questão individual, surgindo então empresas privadas de segurança, tanto para empresas como para residência, porque as funções da polícia e do Estado foram abolidas. Pessoas fortes ou frágeis necessitam de segurança, buscam a segurança, e com isso criam-se conselhos de segurança formado por cidadão civil, nas cidades, para fazer o serviço do Estado e da Polícia.

A nova solidão de corpo e comunidade é o resultado de um amplo conjunto de mudanças importantes subsumidas na rubrica modernidade líquida. Uma mudança no conjunto é, contudo, de particular importância: a renúncia, adiamento ou abandono, pelo Estado, de todas as suas principais responsabilidades sem seu papel como maior provedor (talvez mesmo monopolístico) de certeza, segurança e garantias, seguindo de sua recusa em endossar as aspirações de certeza, segurança e garantia de seus cidadãos (BAUMAN, 2001, p.211).

Bauman (2005) retrata a situação do indivíduo inserido nesse mundo líquido moderno. São construídos referenciais que permitem vislumbrar um movimento contínuo com certa identidade, em um âmbito de desejo, do idealizado, permitindo, nem que seja por tempo limitado, continuar lutando por algo que dê sentido à vida e usufruir de alguma segurança e controle – mesmo momentânea e ilusoriamente.

A sociedade que entra no século XXI não é menos ‘moderna’ que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa [...] (BAUMAN, 2001, p.36).

É, pois, o contínuo processo modernizante que molda o mundo em padrões globalizados e que move as pessoas nesse mundo; há liberdade sem precedente na história humana, para algumas pessoas, a qual não se traduz por obstáculos físicos, mas pela capacidade de se mover e agir à distância. Entretanto, para outras pessoas resta a singular impossibilidade de se apropriar da localidade, pouca probabilidade de se libertar e se mudar para outro lugar, sobrando

[...] o preço do silêncio que é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constitui, afinal, toda a diferença entre sina e destino, entre andar a deriva e viajar. Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos (BAUMAN, 1999, p.11).

Zygmunt Bauman em entrevista comentou que para salvar o mundo desse mundo líquido ele confia nos jovens. Os jovens com imaginação e determinação poderão mudar o caminho dessa história. A juventude precisa trocar o mundo virtual pelo real, resistir às pressões de fragmentação e recuperar a responsabilidade compartilhada para um mundo melhor. A esperança está em sua fala e no que escreve, acreditando em um mundo diferente no futuro, um mundo real.

A cultura é feita de ofertas, sintetiza Bauman (2010), vive de sedução, de relações públicas, de criação de novos desejos e necessidades. Sociedade formada

por consumidores transformando a cultura em produtos destinados ao consumo e concorrendo com outros produtos para conquistar seu espaço e atenção dos consumidores potenciais, na esperança de atraí-los por breve segundo. Bauman (2007b) é enfático quando afirma que o lixo é o principal produto da sociedade líquido-moderna de consumo.

A tentação e a sedução na modernidade líquida substituíram a regulação normativa e a vigilância ostensiva, como afirma Bauman (2003),

Principal efeito da tentação e a essência da sedução é a ruptura da norma [...] e na ausência da norma, o excesso e a única esperança da vida. Num mundo desprovido de normas, o excesso deixou de ser um veneno e tornou-se o remédio para as doenças da vida; talvez o único apoio disponível. [...] Tendo rompido as algemas normativas, o excesso perdeu seu sentido. Nada é excessivo se o excesso é a norma (BAUMAN, 2003, p.118).

Zygmunt Bauman denomina de “educação líquida”, aquela que se consolida nos processos econômicos de enxugamento de custos estatais, primazia dos critérios utilitários do mercado, desconfinamento das populações e liquefação dos vínculos afetivos e pessoais. A escola torna-se híbrida, entrelaçando homem e tecnologia, favorecendo velocidade e fluidez nas informações obtidas, bem como a incapacidade de estabelecer interações reais entre docente e discente.

Na sociedade individualizada, Bauman (2008) esboça o retrato educacional, com endereço de remetente e destinatário, bem como a divisão de seus papéis. O produto ofertado pelas escolas era reconhecido por sua credibilidade. Sempre se ouviu dizer que tudo o que indivíduo sabe, aprendeu na escola e deve conservar.

Está longe de ser claro quem atua como professor e quem atua como aluno, quem possui o conhecimento a ser transmitido e quem está situado na extremidade receptora da transmissão, quem decide qual conhecimento precisa ser passado adiante e merece ser incorporado [...] uma situação em que os processos educacionais são claramente separados do resto dos compromissos e relações de vida (BAUMAN, 2008, p.162).

Na modernidade líquida, esse modo de aprender e ensinar adquiriu novo significado. O mundo está individualizado, não se vive mais em sociedade como na modernidade. A globalização e as novas tecnologias fizeram com que a educação também encontrasse outros caminhos. Fazer contato visual, afirma Bauman (2010), ou admitir a aproximação de outro indivíduo é sinônimo de desperdício para os discentes da pós-modernidade. A maioria dos adolescentes e jovens está com seus celulares surfando em outras superfícies mais convidativas, do que um quadro negro

ou uma conversa com o colega ao lado. Torna-se desnecessário dizer que os jovens evitam olhar-se nos olhos, segundo Bauman (2004), a essa altura de qualquer maneira, os olhos já se tornaram paredes em branco – e lógico que uma parede não sofre danos ou não encara outra parede. Com isso os celulares treinam os olhos a olhar sem ver o outro. Complementa Silva (2012), a constituição de um indivíduo em uma redoma, em seu mundo próprio, alheio aos acontecimentos ao seu redor, bem como as relações com outros indivíduos.

A educação assumiu muitas formas no passado e se demonstrou capaz de adaptar-se à mudança das circunstâncias, de definir novos objetivos e elaborar novas estratégias. Mas, permitam-me repetir: a mudança atual não é igual às que se verificaram no passado. Em nenhum momento crucial da história da humanidade os educadores enfrentaram desafio comparável ao divisor de águas que hoje nos é apresentado. A verdade é que nós nunca estivemos antes nessa situação. Ainda é preciso aprender a arte de viver num mundo saturado de informações. E também a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida (BAUMAN, 2009, p.79).

Nos tempos líquido-modernos, Bauman (2010) ressalta que o gênero de conhecimento que os indivíduos desejam é o que ensina a caminhar, a descobrir novos percursos e que os auxiliam a descobrir, em seu próprio ser, as ricas jazidas escondidas e que possam ser trazidas à tona, constituindo diferencial neste mundo consumista. Os atores envolvidos na educação passam a lidar com a incerteza e a flexibilidade contemporânea. Na modernidade líquida, o conhecimento perde valor e a informação ganha espaço gigantesco. Ela, a informação, traz para a escola o esvaziamento e o desinteresse pelo saber, porque o estudante passa a ser um produto de mercado. Os meios de comunicação assumem papéis antes destinados exclusivamente à escola. Assim, o autor prediz que no mundo líquido moderno, a educação e o aprendizado devem ser contínuos e permanentes, independentemente do uso que se faça deles.

A escola atual, expõe Silva (2012, p. 63), não fornece as bases de entrada nem a manutenção no mercado de trabalho; é o mercado que oferece as condições e meios de consumo do indivíduo, sendo o consumo o sentido principal no mundo contemporâneo. A alternativa encontrada pela instituição escolar é apoiar aos princípios do mercado e também se transformando em objeto a ser consumido. Portanto “a educação no mundo líquido, se torna um produto com alto valor de consumo, tornando-se objeto de elevado valor de mercado e elemento importante para a dinâmica econômica da sociedade vigente”.

Bem diverso do labirinto usado pelos behavioristas, o mundo dos nossos dias parece mais um mecanismo para esquecer do que um ambiente para aprender. Os compartimentos podem ser intransponíveis, como no labirinto experimental, mas são montados sobre rodas e se deslocam sem parar, modificando os percursos já testados e explorados [...] os percursos confiáveis de ontem podem em pouco tempo acabar em uma prece branca ou em areias movediças (BAUMAN, 2010, p.44).

Bauman (2008) continua a afirmar que, nos tempos líquidos a educação deve organizar-se de outras maneiras, buscar novos caminhos, refletir sobre seu papel e seu currículo, os quais possam atender as novas demandas das sociedades ou grupos específicos que constituem as salas de aulas ou outros ambientes. O sociólogo aconselha a enfrentar e desafiar todas as pressões que advêm do ambiente social seja de ordem e/ou de rotina.

A imprevisibilidade cria a ansiedade e o medo: o mundo está cheio de acidentes e surpresas, não se deve nunca diminuir a vigilância ou abandonar as armas. Mas, a instabilidade, maciez e flexibilidade das coisas também podem incitar a ambição e a resolução: podemos tornar as coisas melhores do que são e não precisamos ficar satisfeitos com o que existe, pois nenhum veredicto da natureza é final, nenhuma resistência da realidade é inquebrável. Podemos sonhar com uma vida diferente – mais decente, tolerável e agradável [...] também podemos atuar sobre os sonhos e, quem sabe, até forçá-los a se tornarem verdadeiros (BAUMAN, 2008, p.180).

A escola, presa na solidez de suas normas rígidas, cumpre o fundamental instituído no século passado, e não atualiza o programa do curso.

Indivíduos, frágeis ou não, precisam de segurança, anseiam por segurança, buscam a segurança e assim tentam, ao máximo, fazer o que fazem com a máxima velocidade. Estando entre corredores rápidos, diminuir a velocidade significa ser deixado para trás; ao patinar em gelo fino, diminuir a velocidade também significa a ameaça real de afogar-se. Portanto, a velocidade sobe para o topo da lista dos valores de sobrevivência (BAUMAN, 2001, p.239).

Bauman (2008) escreve que uma parcela da população é formada por princípios e normas do século passado e convive com indivíduos da modernidade líquida, trazendo incomodo e frustração pelo embate de ideias e valores diferenciados. Na modernidade líquida, o mundo é constituído pelo imediatismo, as relações são descartáveis, ilimitadas, flexíveis e o agora já se torna passado. Os encontros, no entender de Bauman (2000), estabelecem-se no mundo virtual, e as comunicações acontecem nas redes sociais, via internet. Essas redes são lugares de fluxo – como poder, capital e informação – mecanismo que tem substancialmente deixado de estar sujeito a limitações de espaço ou de tempo.

Num mundo assim, o aprendizado necessariamente vai à caça de objetos elusivos. Para piorar as coisas, os objetos começam a evaporar no instante em que são pegos; como as recompensas pela ação correta tendem a se mover para diferentes lugares todos os dias, os reforços tanto induzem ao erro quanto reconfortam: são armadilhas a evitar e temer, pois instilam hábitos e impulsos que com o tempo se mostrarão inúteis, quando não francamente prejudiciais (BAUMAN, 2009, p.74)

A proximidade virtual, entende Bauman (2004), torna as conexões humanas mais frequentes, porém mais banais e mais breves. Com isso não há como ter consistência e criar laços de amizades e afetivos. A distância não é obstáculo para entrar em contato com outra pessoa. Os momentos da proximidade virtual terminam exatamente quando você deseja, sem nada mais do que apertar um botão, deletar ou excluir facilmente. A modalidade de educação a distância acontece exatamente assim, no mundo virtual, temática essa abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO EDUCAÇÃO LÍQUIDA

No capítulo primeiro estudamos o neoliberalismo a fim de verificar quais aspectos e/ou características das políticas públicas se relacionam com a modernidade líquida e educação a distância – EaD – assuntos tratados nos dois capítulos seguintes. Constatamos algumas características como, por exemplo, privatização das estatais, cidadão concebido como indivíduo e indivíduo como consumidor, livre concorrência, globalização, liberdade de escolha, dentre outras. Evidenciamos que a política da educação brasileira, no período neoliberal, foi tratada como qualquer outra política pública de cunho social, terceirizando o que foi possível, mas deixando nas esferas públicas a gestão do currículo e aprovação de cursos. Nesse contexto, o Brasil sofreu a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e dos países desenvolvidos que ditaram regras e procedimentos aos países do Terceiro Mundo – que dependiam de financiamentos para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e industrialização –, porque tinham poder aquisitivo, tecnologia e desenvolvimento de mão de obra especializada. A partir dessas constatações, defendemos que o capitalismo no mundo – chave-mestre do ideário neoliberal – reflete na cultura, na educação e no comportamento da sociedade e que as políticas públicas brasileiras nem sempre contribuíram decisivamente nos rumos da educação, facilitando a evasão escolar, exclusão e qualidade questionável.

Ainda nesse capítulo, apontamos que o modelo neoliberal é opção política da maioria dos países desde o final do século XX e início do século seguinte; uma opção que influencia a maioria da população no que se refere à vida em sociedade, nos aspectos tanto individuais como coletivos. Expomos que o objetivo do neoliberalismo é sua relação com mercados abertos, consumo e consumidores e, questionamos qual é a responsabilidade da escola pela formação do profissional disponível no mercado de trabalho. Como atingir a todos com uma educação de qualidade? Uma educação de qualidade em que nossos jovens tenham senso crítico e estejam preparados para o mundo e suas oportunidades. As universidades, os cursos e a maneira de levar o ensino e a aprendizagem ao cidadão preparam

realmente para o mercado de trabalho? É desejável que sejam preparados para o mundo do trabalho ou que sejam preparados para a vida? Será que a EaD é um dos mecanismos ou meios criados para solucionar o déficit da educação no Brasil na formação de indivíduos para o mercado de trabalho? A EaD se insere no conceito de educação líquida baumaniana? Que características ela tem que confirme sua condição pós-moderna? Na busca de respostas, presumimos que a EaD se concretiza no contexto teórico de educação líquida porque tem exatamente as mesmas características da modernidade líquida, ou seja, individualidade, pode estar em qualquer lugar, muda constantemente de atividade, define o que deseja fazer no momento presente, faz seus próprios horários, entre outros. É, pois, a partir desse pressuposto que desenvolvemos o presente capítulo, a começar com a análise da legislação brasileira em vigor, especialmente com o Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, que em seu teor, a educação a distância, comumente identificada como EaD, é definida como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A EaD também é definida por Alves e Santos (2000) como qualquer forma de atividade de ensino sem a presença física do professor e alunos, sendo que a comunicação se realiza através de recurso tecnológico como cartas, televisão, computador, textos impressos, radiodifusão entre outros.

Conforme os autores, essa modalidade de ensino nasceu para democratizar o saber; uma nova maneira de fazer o ensino atingir maior número de pessoas e gerar condições de acesso à educação àqueles não atendidos satisfatoriamente através do ensino tradicional, ou seja, ensino na modalidade presencial. Pressupõe-se que o ensino virtual pode ser efetivo tanto quanto o ensino presencial desde que o aluno tenha acesso fácil e rápido a ambientes computacionais, habilidades de leituras e compressão de texto, seja automotivador, saiba programar horários predefinidos para estudar, ter disciplina, fazer discussões e tarefas e transformar o material repleto de informações em conhecimento.

A EaD evolui acentuadamente desde o século XIX, conforme relatam Alves e Santos (2000), por meio do uso de tecnologias de comunicação. Em países da Europa e nos EUA, o estudo em casa e/ou por correspondência consolidou-se como

forma legítima de educação para o desenvolvimento desses países. Em meados do século XIX, os estudantes recebiam dos instrutores, via correio, o material de leitura, os guias de estudos e outros impressos e assim executavam os trabalhos e tarefas requeridas para prosseguir nos estudos. Ao realizar satisfatoriamente as atividades os alunos passavam para a próxima etapa de estudos. Como percebemos, o envio do material de estudo por correspondência foi a primeira geração de estudo a distância e, ainda hoje, é utilizada em muitos países subdesenvolvidos, exatamente, por ter baixo custo de produção e distribuição.

No Brasil, de acordo com Alves e Santos (2000), a educação a distância iniciou por volta de 1940, por meio do Instituto Rádio-Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, sendo este conhecido por uma parcela considerável da população brasileira. A segunda geração da EaD começou com as Universidades Abertas, utilizando rádios, televisão e mídias graváveis, como fitas cassetes. Outro exemplo, veiculado pela Rede Globo, é o programa Telecurso, um sistema educacional de educação a distância mantido pela Fundação Roberto Marinho há mais de três décadas. A terceira geração da educação a distância nasceu dos avanços da interatividade computacional e usuários, pois as novas tecnologias chegaram e deram mais dinamismo a esse tipo de modalidade de ensino.

A partir da década de 1960, escrevem Alves e Santos (2000), na Europa, precisamente na França e na Inglaterra, a EaD se institucionalizou em várias frentes: educação secundária, superior, bem como a pós-graduação. Mais de oitenta países, nos cinco continentes adotaram a educação a distância em seus sistemas formais e não formais de ensino, atendendo milhões de estudantes no mundo inteiro.

Também Mugnol (2009) escreve sobre a história inicial da oferta de cursos a distância. Afirma o autor que inicialmente era por correspondência, com objetivo de ampliar a oferta de oportunidades a fim de permitir que as classes sociais menos privilegiadas tivessem acesso a um sistema educacional. Tudo começou com a educação básica que estava focada em cursos preparatórios para o mercado de trabalho, qualificando a mão de obra. As primeiras iniciativas da educação a distância foram tidas como de baixo nível. A EaD sofreu preconceitos e estigma de ser ensino destinado à população marginalizada, compensatório do atraso educativo, resultantes do mundo capitalista.

No Brasil, muitas expressões preconceituosas a respeito da EaD estão associadas à Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, LDB/1971, que, ao tratar do

ensino supletivo – atualmente Educação de Jovens e Adultos – no §2º do artigo 25, mencionava que os cursos seriam ministrados em classes ou mediante a utilização do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitissem alcançar maior número de estudantes, público-alvo dessa modalidade. Na égide dessa Lei, apoiados no teor de seu artigo 64, Conselhos Estaduais de Educação de vários Estado da Federação brasileira autorizaram experiências pedagógicas na modalidade de ensino a distância para atender a população com atraso no processo de escolarização.

Primeiramente, a oferta e o atendimento aos estudantes da EaD eram por correspondência e pelo rádio e, em seguida, o telégrafo e o telefone foram utilizados. No século XXI, a internet é o meio de comunicação mais usado pela educação a distância em todo o mundo.

Um dos pontos históricos da educação a distância, conforme Mugnol (2009), foi a criação da Universidade Aberta de Londres em 1970, a *Open University*, que decididamente contribuiu para o desenvolvimento de métodos e técnicas que caracterizam os modelos de EaD disponíveis no mercado educacional, bem como no desenvolvimento de tecnologias que resultaram em solidez aos processos educacionais a distância.

Notadamente, a EaD foi planejada e organizada de tal forma para ser oportunizada ao maior número possível de pessoas. A modalidade de EaD está implantada no Brasil, quase há duas décadas, coordenada pela Secretaria de Educação a Distância – SEED –, vinculada ao Ministério da Educação, oficialmente criada pelo Decreto nº 1917, de 27 de maio de 1996, que depois de sucessivas alterações de sua estrutura regimental, foi extinta pelo Decreto nº 7480, de 16 de maio de 2011 (BRASIL, 2011).

O Ministério da Educação, por meio da SEED, na época, atuava como agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomenta a incorporação das tecnologias de informação e comunicação – TICs – e de técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos, além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 1996a).

Prete (1998) fez um levantamento para identificar em quais países da América Latina a educação a distância, e seus programas de ensino, foram implantados, consolidada e institucionalizada. O autor cita alguns países e suas

respectivas universidades que adotaram essa modalidade de ensino e foram bem sucedidas, dentre as quais menciona a Universidad Nacional Abierta de Venezuela; a Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica e o Sistema de Educación Abierto y a Distancia en Colombia. O autor faz uma retrospectiva do ensino a distância no Brasil e resume cronologicamente desde quando tal modalidade atua no país.

O Brasil vem desenvolvendo programas em EAD há décadas, alguns deles muito conhecidos, como o MEB (1956), o Projeto Minerva (1970), o Logos (1977), o Telecurso de 2º Grau (1978), o Mobral (1979) e, mais recentemente, Um Salto para o Futuro (1991), Telecurso 2000 (1995) e TV Escola (1996). Hoje, existe o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (Brasilead), uma iniciativa dos reitores das universidades brasileiras, criado em 1993, e constituído por 54 instituições públicas de ensino superior (PRETI, 1998, p.25).

No que diz respeito à legislação que dá suporte legal à modalidade EaD temos, em primeira instância, a LDB de 1996, já mencionada nessa dissertação, que, em seu artigo 80, assim determina: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996b).

Em 19 de dezembro de 2005 foi instituído o Decreto nº5622 com a finalidade de regulamentar o artigo 80 da LDB. Seu capítulo I – das disposições gerais – contém os requisitos mínimos de encontros presenciais para avaliações, estágios, apresentação de monografia e atividades de laboratórios, previstas no programa do curso oferecido. No capítulo I, o artigo 2º, do citado Decreto, está definida a oferta da EaD nos níveis e modalidades educacionais: a) educação básica desde que observados os termos do artigo 30 deste Decreto, que trata do credenciamento das instituições para oferta de EaD; b) educação de jovens e adultos, observado o artigo 37 da LDB/1996, que define ser essa modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria; c) educação especial, respeitada as especificidades legais pertinentes; d) educação profissional, abrangendo cursos e programas técnicos, de nível médio, e tecnológicos, de nível superior; e) educação superior, abrangendo cursos e programas sequenciais de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

No capítulo II, o citado Decreto disponibiliza a educação a distância em qualquer nível educacional. No capítulo III, contempla a exigência, duração e a carga horária mínima necessária dos cursos e programas oferecidos na modalidade EaD, nível de educação básica. No capítulo IV, Educação Superior, determina que as

avaliações devam ser preferencialmente presenciais, e, no capítulo V define a validade dos diplomas de EaD sendo reconhecidos nacionalmente.

O Plano Nacional de Educação, exigido pela LDB, que passou a vigorar em junho de 2014, com a aprovação pela Lei nº 13.005, define estratégias que abordam a EaD cujo teor é o seguinte:

[...] fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

[...] fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

[...] ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;

[...] expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

(BRASIL, 2014).

Essa modalidade de ensino, tal como mencionamos anteriormente, foi criada pelo MEC para oportunizar a número maior de indivíduos o acesso à educação e ao desenvolvimento humano, e tem como foco principal no processo pedagógico, o estudante. As práticas educacionais devem ser aprimoradas em todo o processo evolutivo do curso, mostrando que ensinar e aprender virtualmente é um desafio constante e diário e que as formas diferenciadas de organizar e orientar a educação a distância atinge diretamente o educando no seu processo ensino e aprendizagem.

No processo de institucionalização da EaD, no Brasil, o lançamento do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi uma das políticas públicas eficazes do governo brasileiro, para democratizar, expandir e descentralizar a oferta do ensino superior público e gratuito. A UAB destaca-se pela formação de professores para a educação básica e a integração das instituições públicas com as esferas estaduais e municipais, e tem a função de agilizar o processo da gestão pública das instituições de ensino superior, avaliar, pesquisar e financiar processos de implantação, execução e formação de recursos humanos (BRASIL, 2006).

Mugnol (2009) escreve que a trajetória da EaD no Brasil é lenta e morosa. A existência de inúmeros problemas tem dificultado a criação de um sistema sólido para essa modalidade de ensino, capaz de atender as necessidades reais da educação brasileira. O autor elenca algumas dessas dificuldades, descritas a seguir:

- a) implantação de plano piloto sem um planejamento minuciosamente estudado;
- b) não são definidos claramente os critérios de avaliação dos programas implantados;
- c) iniciativas são realizadas isoladamente sem enraizamento em programas desenvolvidos;
- d) encerram-se programas sem prestação de contas e resultados efetivamente concretos;
- e) não há estrutura institucional para essa modalidade de ensino;
- f) projetos desconexos entre a necessidade real do mercado nacional e a necessidade estrutural de ensino;
- g) carência de ferramental adequado para novas iniciativas em gestão educacional;
- h) falta qualificação para as funções desempenhadas nessa modalidade de ensino.

Giusta e Franco (2006) apresentam cinco etapas para elaboração e execução de um programa na modalidade de educação a distância, quais sejam:

- a) definição da natureza: nível e alcance do curso, definindo objetivos, valores e filosofia de aprendizagem da instituição;
- b) estruturação da equipe responsável pelo projeto: equipe multidisciplinar qualificada para elaboração do projeto didático pedagógico;
- c) projeto didático pedagógico: definir o perfil do público alvo, identificar os objetivos que devem estar interligados ao interesse do candidato, estrutura curricular, conteúdo e programas, especificar material e recursos educacionais utilizados, avaliação das disciplinas ministradas, bem como um sistema de apoio ao desempenho do discente;
- d) processo de operacionalização do projeto: avaliar constantemente a produção do curso oferecido em todas suas etapas de execução;
- e) implementação do curso: procedimentos administrativos, tecnológicos e recursos didáticos para que o curso oferecido tenha sucesso.

A internet assume um lugar de destaque na educação a distância, afirmam Alves e Santos (2000). Mesmo que se tenham outros recursos ou meios para essa modalidade de ensino, sabemos que hoje a internet é uma ferramenta de destaque na educação. No próprio ensino convencional se utiliza muita essa ferramenta seja para pesquisa ou em busca de informações rápidas e precisas, seja em sites de pesquisa, revistas especializadas entre outras publicações.

Costa (2014) destaca que as tecnologias de comunicação, adotadas na educação, transformam o ambiente escolar e criam novas formas de aprendizagem.

O conceito da sala de aula está ultrapassado. Novos modelos de ensino e aprendizagem – no tempo líquido moderno – ultrapassam limites do espaço e do tempo, alcançam o estudante no lugar onde ele se encontra, bem como favorece a organização do horário disponível ao estudo. No Brasil, para considerável parcela da população a EaD chegou para realizar “sonho” de obter formação acadêmica e melhorar a vida no dia a dia.

Giusta e Franco (2006) afirmam que as novas TICs são as mediadoras atuais da educação, alterando significativamente os processos de ensino e de aprendizagem na inserção de disciplinas semipresenciais ou na educação a distância. A educação tem um longo caminho a trilhar, iniciando na organização pedagógica, capacitação do corpo docente e percebendo os acadêmicos na eficácia e eficiência deste novo formato de ensino. As mídias mais utilizadas pelos professores na EaD são possibilitadas pela internet; as teleconferências e as videoconferências, dão maior interatividade aos processos de ensino e de aprendizagem. O computador é o meio de comunicação utilizado em fóruns de discussão, *chats*, blogs entre outros mecanismos usados para maior interação entre docentes e discentes nas disciplinas acadêmicas.

A comunicação transdisciplinar ocorre, conforme Barbero (2003, p. 67), por meio das “[...] hibridações da ciência com a arte, das literaturas escritas e audiovisuais, reorganização dos saberes a partir dos fluxos e redes pelos quais se move não somente a informação, mas o trabalho e a criatividade”.

Alves e Santos (2000) elencam elementos primordiais da EaD: a) distinção do ensino presencial devido à separação física entre professor e aluno; b) interferência na organização educacional, seja planejamento, plano de ensino, organização, que se diferencia da educação individual ou personalizada; c) utilização de mecanismos para facilitar a interação professor aluno; d) comunicação em via dupla, em que o aluno se beneficia de um diálogo preciso, fácil entendimento e resultados positivos; e) possibilidades de encontros ocasionais com objetivos claros de socialização e propósitos didáticos.

Partindo do pressuposto de que a mediação pedagógica em EaD acontece por intermédio de ferramentas tecnológicas, em um ambiente virtual, percebemos a necessidade de destacar como se engendram as relações interpessoais nesse ambiente e como se revela a fluidez no paradoxal ambiente constituído pela distância física e proximidade virtual. Bauman contribui.

A realização mais importante da proximidade virtual parece ser a separação entre comunicação e relacionamento. Diferentemente da antiquada proximidade topográfica, ela não exige laços estabelecidos de antemão nem resulta necessariamente, em seu estabelecimento. Estar conectado é menos custoso do que estar engajado – mas também consideravelmente menos produtivo em termos da construção e manutenção de vínculos (BAUMAN, 2004, p.82).

De acordo com Salvucci, Lisboa e Mendes (2012, p.57), tanto os docentes como os discentes necessitam de alguns elementos fundamentais para o bom andamento do ensino e da aprendizagem do curso em que estão envolvidos. Ao discente os autores escrevem que ele tenha perfil que “atenda à familiaridade com o ferramental tecnológico exigida nas rotinas do sistema educacional convencional”. Quando se trata do *software* utilizado e suas plataformas, é indispensável que o estudante tenha um treinamento para se adaptar a esse novo ferramental, nova tecnologia e maneira de estudar. Outro requisito importante ao discente é ter maturidade e disciplina de estudar individualmente. Quanto aos docentes em sua ação pedagógica, os autores contemplam o seguinte:

Agregar aos conteúdos e às metodologias utilizadas, estudos que culminem na definição de estratégias apropriadas, ferramental tecnológico adequado, atividades de estudos para aprofundamento dos conceitos e oportunizar ao aluno condições para que este atinja os níveis de compreensão, manipulando as informações, interagindo com os demais estudantes, recorrendo à pesquisa de novas fontes, possibilitando a construção de novas competências (SALVUCCI; LISBOA; MENDES, 2012, p.57).

A educação a distância, argumentam Alves e Santos (2000), não chegou para substituir a educação presencial, não é este o objetivo e sim abrir novos horizontes e possibilidades ao indivíduo que queira, ter formação educacional. Também não é para substituir ou diminuir a função do professor, mas abrir novos caminhos, novos desafios, valorizar suas capacidades, motivá-lo a trabalhar de maneira diferenciada com público heterogêneo, melhorando e cooperando em novas habilidades e competências, bem como se especializando em novas técnicas e metodologias de ensino para ministrar sua disciplina. A EaD veio para contribuir e oportunizar ao indivíduo para melhoria de sua vida e seu entorno.

Além de ter bom material didático para a aprendizagem, destaca Gomes (2011), o educando necessita de orientações para esclarecer dúvidas, estimulá-lo e incentivá-lo durante seu processo de aprendizagem. Para isso a EaD disponibiliza acompanhamento por tutoria, realizado pelos tutores que são profissionais de áreas específicas para acompanhamento da aprendizagem e avaliação dos educandos.

Tutor é o profissional que atua como mediador da aprendizagem; planeja os passos da aprendizagem para a apropriação dos conteúdos das disciplinas, aconselhando e orientando os alunos quanto aos métodos de estudo; ajuda a montar o percurso da formação acadêmica do aluno; favorece a comunicação entre aluno e professor, entre aluno e instituição, entre aluno e aluno; organiza os grupos de trabalho (ou estudo), incentivando a aprendizagem colaborativa; promove e acompanha as interações entre os alunos e o material didático; responde às questões individuais e/ou coletivas (GOMES, 2011, p.118).

O professor, comentam de Giusta e Franco (2006), desempenha papel relevante na modalidade de ensino EaD, criando condições de maior interação entre os atores envolvidos. O docente EaD deve ser criterioso no preparo do material didático e na seleção dos conteúdos, bem como na avaliação de desempenho dos discentes e no atendimento individualizado. Expõe Silva (2012) que a formação de professores deve propiciar mais proximidade e interação com as ferramentas tecnológicas, bem como ter autonomia de estudo que envolva realmente os atores que participam no processo ensino e aprendizagem.

Para muitos estudantes, relata Gomes (2011), a educação a distância gera insegurança diante da inexistência da relação face a face com o professor, tal como acontece no ensino tradicional-presencial, pois o único meio de comunicação é o monitor ou a câmera de vídeo. Para que o estudante não se sinta isolado, abandonado, é fundamental que o tutor desenvolva seu papel nos grupos de discussões, *chats*, listas de exercícios, correio-eletrônico e de outros mecanismos de comunicação que a instituição de ensino disponibiliza.

Se a distância é o grande desafio, alertam Alves e Santos (2010), deve-se pensar que não há limites ou fronteiras para a educação. A EaD chegou para facilitar a vida do indivíduo que cujos horários não são compatíveis com uma instituição escolar tradicional. Outro ponto positivo é o deslocamento, locomoção ou acesso. Cada estudante faz seu horário e programa de estudo e sabe que tem tempo estipulado para o término de cada disciplina, trabalho ou tarefa.

Acostumados com o formato da escola tradicional, escreve Gomes (2011), é difícil acostumar com a metodologia EaD, sem ter o professor em frente ao aluno para sanar dúvidas e provocar questionamentos que possibilitem diálogos, discussões coletivas e interações pessoais. Lembra a autora que as relações interpessoais que acontecem em sala de aula favorecem os processos de ensino e de aprendizagem. A principal característica da EaD é a distância física entre docentes e discentes e os demais atores envolvidos nos processos de ensinar e

aprender; não há relação interpessoal e o diálogo é *online*. Não há discussões provocantes nesse ambiente virtual da educação porque cada qual vive em seu mundo particular, seja *on-line* ou *off-line*, o educando faz a opção que deseja no momento que a conversa se torna desagradável ou indesejada. Essa decisão é exclusiva de cada indivíduo que participa de cursos a distância ou em redes sociais. Se no caso for EaD, é obrigatória a participação de *chats* de discussão e se o estudante está ausente, é função do tutor a distância que acompanha esses eventos convidá-lo a participar da discussão e debates. Porém, a decisão de participar de *chats* e outros momentos do curso é exclusivamente do estudante.

D'Ambrósio (2011) escreve que a educação a distância não pode ser confundida com ensino a distância. Para o autor, o ensino a distância é transmitir, passar adiante alguma informação, o professor é o agente transmissor e o aluno um receptor passivo; não há troca de opiniões e sequer interação entre o agente transmissor e o receptor da informação. Na EaD, o professor conduz o educando a expressar suas ideias para que possam ser discutidas, dando mais espaço à criatividade e a interatividade Na educação a distância é fundamental adequar os métodos e conteúdos de ensino às diferentes realidades vivenciadas pelo discente a fim de que ocorra a transposição didática, visto que é por meio dela que o professor torna o conhecimento compreensível para aquele que está no processo de aprendizagem. Conclui o autor, a simples transmissão de informação não é e nem constitui o objetivo da educação a distância; qualquer veículo de comunicação pode transmitir qualquer informação sem qualquer auxílio de um professor. Na EaD é necessário ocorrer a aprendizagem do educando, a construção e reconstrução do conhecimento acumulado pela humanidade, do contrário, ocorre apenas o ensino.

Freire (2006) escreve que docência e discência andam juntas e que o professor deve ter na prática um dos principais saberes, ou seja, que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a construção do mesmo. Para isso é necessário que ambos, docentes e discentes, sejam instigadores, inquietos, persistentes e totalmente curiosos, dentre tantas outras características coadjuvantes na formação do indivíduo para viver em sociedade.

A sincronia entre professores e alunos indica a intensidade da relação estabelecida entre eles; estudos realizados em salas de aula mostram que quando mais estreita for a coordenação de movimentos entre professor e aluno, mais eles são amigáveis entre si, satisfeitos, entusiasmados, interessados e abertos na interação (GOLEMAN, 2005, p.137).

Conforme facilmente constatamos, as transformações recentes no campo educativo abalaram fortemente os pressupostos apontados por Freire (2006). O que este autor cita em seu livro contradiz, porque enquanto ele comprova que o estar juntos, contato olho a olho, criar laços afetivos, de amizade e de cumplicidade no ato de aprender-ensinar, entre docentes e discentes, a concepção de modernidade líquida analisada por Bauman (2001), argumenta que os lugares ou espaços não precisam estar delimitados fisicamente, estes espaços vazios podem ser ocupados virtualmente e isso se pode ver no ensino a distância é uma modalidade que não precisa de infraestrutura grande para transmitir informações, pois os espaços são ocupados por pessoas que não conversam entre si presencialmente, não há olho no olho, porém estão em constante comunicação virtual.

Ruiz (2013) escreve que, em razão do conceito de EaD sofrer modificações ao longo do tempo, em função da natureza da tecnologia aplicada no processo de ensino, hoje quando se fala ou se comenta sobre o ensino e a aprendizagem a distância, o que chama a atenção dos pesquisadores são as novas tecnologias aplicadas diretamente no processo educativo, nas relações docentes e discentes, e o que mais implica toda essa tecnologia é a relação do estudante com tudo o que envolve a educação a distância.

Se, inicialmente, tinha-se como ponto de partida que o aluno deveria assimilar passivamente os conteúdos, lendo o material escrito (cursos por correspondência) ou ouvindo fitas cassete ou assistindo a programas televisivos, aos poucos a EaD passa a utilizar tecnologias mais interativas, pois reconhece o papel ativo do sujeito no processo de autoaprendizagem (PRETI, 1998, p.26).

Na EaD, o processo de ensino aprendizagem acontece de forma diferenciada do ensino presencial, mas a leitura do material didático disponível à EaD não é muito diferente do ensino presencial. A maior diferença está no número de referências disponíveis para leitura complementar ou adicional no mundo virtual da aprendizagem, bem como o auxílio de tutores presenciais e a distância, além de *chats*, fóruns de debates e outras ferramentas disponíveis virtualmente.

Por mais que tenha possibilidades de estabelecer semelhança entre EaD e o ensino presencial devemos encarar a educação a distância como um sistema que se “organiza de maneira diferente e original para superar as dificuldades decorrentes do distanciamento entre professor e alunos”, afirma Kramer (1999, p.36).

Na compreensão de Mugnol (2009), há elementos chaves nos processos educacionais a distância, como: a) distância física entre professores e alunos; b) influência de uma organização educacional; c) uso da mídia para interligar professores e alunos; d) troca de comunicação bidirecional; e) aprendizes vistos como indivíduos, ao invés de grupos de alunos.

Todos esses elementos exigem investimentos em tecnologias, mudança comportamental e cultural dos docentes e discentes, em relação ao tempo e o espaço de aprendizagem.

O processo educacional à distância é reconhecido como centrado no aluno e mediado pelas tecnologias da sociedade da informação, fato esse que leva à necessidade de se investigar como alunos e instrutores, com o uso das novas tecnologias, podem colaborar para gerar novos conhecimentos (MUGNOL, 2009, p.339).

Conforme Freire (1990) destaca, o homem, como indivíduo, é o sujeito de sua educação. Não pode ser o objeto dela, portanto ninguém educa ninguém. Mas a educação não deve ser uma busca individualmente porque o indivíduo precisa ser mais e não ter mais. O homem é um ser social, não é uma ilha. Quando a educação tem o objetivo de adaptar o homem ao meio, sobretudo, restringe as possibilidades de ação, transformando o indivíduo mecânico, como ser não pensante. A educação deve estimular a criação, a transformação e não a acomodação. E educação a distância é uma modalidade de ensino em que o aluno vive em seu mundo individualizado. Somos seres vivos que necessitamos do outro para viver. Somos seres sociáveis. Necessitamos estar em contato com o outro.

Estudos clássicos demonstram que as variáveis associadas ao êxito no processo de aprendizagem não estão relacionadas aos meios utilizados, às tecnologias, e sim à motivação e ao interesse do aluno e professor, muito mais a um sorriso do que a uma atraente, mas fria tela de televisão ou ao encantador monitor de um computador (PRETI, 1998, p.27).

Costa (2014) ressalta que as grandes aprendizagens que acompanham e se formam ao longo do tempo faz em parte da atividade docente que sustenta a educação, seus pilares: aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e aprender a ser. Na educação a distância, também, são aplicados esses pilares em que o discente aprende a conhecer aprendendo a aprender, sendo ele o responsável pelo processo de aprendizagem. Aprende a fazer conciliando ao aprender; a trabalhar em equipe por meio da aprendizagem colaborativa; aprende a viver juntos na troca de ideias e conversando por e-mail, *chats* ou comunidades virtuais; aprende a ser

atuante no mundo de maneira criativa e individualizada. Será que todo este processo realmente acontece? Ou são apenas diretrizes, sugestões de documentos que o MEC quer disponibilizar para a população como atrativo e interessante? Percebemos que os gestores públicos usam mecanismos que possam facilitar a vida do cidadão, porém dentro das diretrizes de governo e políticas sociais.

Expõe Mugnol (2009) que a metodologia adotada na educação a distância é de conscientização dos alunos sobre o seu papel em relação os resultados das atividades desenvolvidas no curso em que está inserido. O discente precisa estar ciente da sua autonomia e independência frente ao curso por ele escolhido e vinculado, ciente também é a responsabilidade por seu aprendizado.

A EaD dos pós-modernos, a EaD on-line, ganha adesão de uma parcela significativa da população, garantindo aprendizagem na flexibilidade e na interatividade própria da Internet. Pois, não importa o lugar. Seja em sua residência, no trabalho, em um ciberespaço, na escola ou mesmo na universidade, o aprendiz por intermédio da Rede Mundial de Computadores, encontra no computador conectado a possibilidade de intervenção nos fluxos de informação e nos processos de aprendizagem, podendo atuar de forma individual e colaborativa na construção do seu próprio conhecimento (COSTA, 2014, p.6)

Para Mugnol (2009), as oportunidades de aprendizagem dependem da criação de meios pelos quais ela poderá acontecer, como comprometimento e responsabilidade do discente, orientação e apoio dos docentes disponível em todo o processo da disciplina, compartilhamento de métodos e meios de transmissão de informações e respeito às diferenças individuais e ao ritmo de aprendizagem. Se há uma enorme dificuldade de aprendizagem via presencial, por exemplo, em disciplinas exatas, como conseguir uma aprendizagem eficiente em disciplinas ministradas a distância? Acreditamos que quando as disciplinas são teóricas ou humanas, e se, o estudante for um bom aluno, dedicado, aplicado e que estuda diariamente, conseguirá acompanhar o desenvolvimento da disciplina, a distância.

Ao refletir sobre tais características, evidenciamos que, efetivamente, a modernidade líquida atinge também o ensino, diretamente na modalidade EaD.

Como educadores, não podemos fechar os olhos aos progressos e avanços destas novas tecnologias ou permanecer extasiados à sua frente. Temos o dever de conhecer as tecnologias, entrar no seu interior, na sua lógica, para que as utilizemos no sentido de alcançar nossos fins, realizar nossos projetos. Elas não devem simplesmente informar, mas sim, formar. Por isso, é fundamental verificarmos até que ponto, naquele curso ou programa proposto, propiciam a reflexão, o diálogo e a interatividade, e sempre nos perguntarmos se estão ao alcance da população que queremos servir, para não cometermos equívocos (PRETI, 1998, p.27).

A EaD, de acordo com Mugnol (2009), está articulada nas atividades pedagógicas desenvolvendo os aspectos afetivos, psicomotores e cognitivos dos estudantes. Como desenvolver estes aspectos afetivos virtualmente? Através da comunicação, via *chats*, fórum, debates, podemos presenciar laços afetivos virtualmente. A forma de comunicação não é olho no olho, e independe do tempo e do lugar em que se encontram os atores do processo, mas que podem conversar para sanar dúvidas a respeito da disciplina, monografia ou projeto em andamento. Como saber se a modalidade EaD efetivamente habilita o educando a se projetar socialmente na comunidade, tanto nos estudos quanto no mercado de trabalho?

Gumbrecht (2010) explica que as inovações tecnológicas quase cumprem o sonho da onipresença, ou seja, o sonho de fazer a experiência vivida, torna-se real, independentemente dos locais que estejamos. A intensidade de querer e desejar ser e estar ali, sem qualquer interferência dos efeitos da distância. Como se o mundo virtual fosse realmente real. Nossos olhos conseguem ver em tempo real, qualquer situação ou acontecimento no mundo, basta estar conectado ao mundo via internet. Conversamos com nossos filhos em qualquer lugar do mundo, como por exemplo, eu em Medianeira e meu filho na Irlanda; conversamos em tempo real, a diferença está na falta do contato, o olho no olho, as relações afetivas pessoais como um abraço, um beijo, “[...] muito claramente, nossas reações podem ir para um lado ou para outro”. (p.172) Completa o autor: “[...] a nossa própria profissão de ensino, muito especificamente e em modos ainda completamente compreendidos, sempre teve a ver com a presença real.” Mas nada garante que continue assim. O futuro da presença necessita do nosso compromisso presente (p.163).

Defende Preti (1998) que a educação a distância deve ser vista como meios e não como fins em si mesmos. Parece que esse tipo de modalidade de educação trouxe um “encantamento” aos usuários por novas tecnologias. Um encantamento positivo quando as novas possibilidades ou mecanismos de qualificar ou levar informações à sociedade têm a capacidade de estreitar tempo e distância, propiciando interação maior entre o real e o virtual. Estar em contato com pessoas, conhecer lugares e acontecimentos no momento real em que o fato acontece, “entrar” em uma biblioteca sem sair de casa e se qualificar definindo a hora e momento de estudo, realmente tudo isso é um encantamento maravilhoso; as tecnologias modernas chegaram para dar comodidade e conforto a população. Porém, o autor faz uma alerta para que a própria população não caia no isolamento,

no individualismo e o risco da alienação de que o céu não é o limite, que as tecnologias chegaram para solucionar todos os problemas do presente e futuro em relação aos processos de ensino e de aprendizagem e as dificuldades do saber. Ele lembra que esse tipo de modalidade de ensino está muito mais preocupado com as ferramentas que serão utilizadas para levar a informação até o estudante do que propriamente dito o material didático que é disponibilizado. Muitas vezes, o texto escrito disponibilizado ao estudante está ultrapassado, não há revisão de conteúdo e ainda mais o curso que utiliza somente texto em suas disciplinas está com a tecnologia ultrapassada, não é atrativo, nem vendável.

Essa nova modalidade de ensino, de acordo com Giusta e Franco (2006), preenche um espaço significativo na educação, possibilitando jovens e adultos alcançar o desejo de se qualificar e ter acesso a aprendizagem.

Preti (1998, p.26), em referência à elaboração de um curso EaD, alerta que, primeiramente, pensa-se nas tecnologias que serão utilizadas para tal curso deixando para o segundo plano o mais importante, o conteúdo do curso, o conteúdo programático, os objetivos específicos e qual o perfil do alunado que este curso atingirá. O objetivo não é nem para dizer que a EaD como modalidade de ensino irá solucionar todos os problemas nem que esta não serve para efeito e causa. O que precisa ser levado a sério é que estas tecnologias estão disponíveis na sociedade, ocupam posição instrumental estratégica para veicular o conhecimento acumulado pela humanidade e que precisam ser utilizadas para propiciar acesso a esse conhecimento, principalmente “àqueles que socialmente estão em desvantagem e não teriam como, presencialmente, participar de sua educação e formação profissional”. Lembramos Costa (2014, p.12) quando afirma que “na pós-modernidade o homem rompe com a cultura e constroem novos saberes”. Em que se pese as críticas a essa concepção fragmentada dos propósitos da EaD, o que se constatamos é que a rapidez da internet e a possibilidade de real aprendizagem no ensino telepresencial, transforma o cenário educacional na pós-modernidade.

Mas, ficam algumas interrogações: o que Bauman (2011) quer mostrar quando afirma que “no turbilhão de mudanças, o conhecimento parece muito mais atraente quando apto ao uso instantâneo e único? Nesse novo mundo, espera-se que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas gerados pela sociedade, e não soluções coletivas para problemas privados. Quais são as contribuições da EaD no mundo líquido moderno?

De acordo com Preti (1998), se houve resistências ou preconceitos quanto à modalidade EaD, essas se esvaíram com a nova conjuntura econômica e política adotada pelos governos de diversos países do mundo, no término do século XX. O neoliberalismo foi o programa que ajudou a avançar esse tipo de modalidade de ensino em que o governo descentralizou a educação, oportunizando as empresas privadas a oferecer e assumir parte de suas responsabilidades pela educação. A EaD é uma alternativa economicamente viável, contando com as novas TICs disponíveis no mercado. Notadamente, a EaD também passou a ocupar uma posição estratégica tanto para o governo quanto para a população, satisfazendo as mais diversas necessidades de qualificação profissional de adultos, reduzindo gastos públicos nos serviços educacionais e acreditando que o conhecimento está disponível para quem deseja se qualificar.

Lembramo-nos da defesa de Harvey (1992, p.21) que o indivíduo está na pós-modernidade em um “ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. A EaD é realizada independentemente dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem estejam reunidos em um determinado espaço ou tempo. Não há necessidade de estar frente a frente docente e discente, nem estar na mesma estrutura física da instituição de ensino. Todo o processo educativo é gerenciado de forma virtual e o estudante é que administra seu próprio ritmo de aprendizagem e o tempo para seu estudo, mas é necessário lembrarmos que há predeterminação de tempo para cada disciplina ser concluída.

A Educação a Distância, por sua flexibilidade e economia de escala, tem sido chamada para dar uma resposta aos desafios político-social, econômico, pedagógico e tecnológico, postos à sociedade com a implantação do programa neoliberal, a globalização da economia e a introdução das novas tecnologias no sistema produtivo e de comunicação (PRETI, 1998, p.20).

Porém, no limite do ideário neoliberal, correlacionar-se EaD na perspectiva da modernidade líquida baumaniana é um desafio e, por vez, um dilema visto que a legislação brasileira que orienta e legitima essa modalidade surgiu em 2005, exatamente no governo Luiz Inácio Lula da Silva, governo visto como pós-neoliberal, centrado no modelo econômico-social (SADER, 2013), mas que, por vezes, recorreu aos métodos típicos do neoliberalismo extremado, especialmente, diante da crise

provocada pela hegemonia neoliberal na economia mundial, assevera Pochmann (2011). Uma vez mais, a metáfora baumaniana das 'areias movediças'. Contudo, lembramos que, embebida pelo ideário neoliberal, a modernidade líquida de Bauman é tida como o tempo em que os valores sociais cedem lugar aos valores individuais, sob a primazia da lógica do mercado que, por conseguinte, afeta a vida política e as atitudes da vida cotidiana do indivíduo e, por extensão, da própria sociedade. É, pois, no seio dessa sociedade líquido-moderna que a EaD construiu seu campo de ação e intervenção no sistema educacional, especificamente no tradicional sistema brasileiro.

Em hipótese, os limites e as possibilidades de expansão do campo da EaD ainda são imensuráveis visto que seu substrato de ação/intervenção, isto é, o aparato constituído pelas TICs, se encontra em franca expansão. Na metáfora de Bauman (2009, p. 58) tem-se que: “[...] a cultura em nosso mundo moderno líquido não tem “povo” para “cultivar”, tem cliente para seduzir”. Para tanto, toda a aparatologia das TICs precisa ser calculada para “obter impacto máximo e obsolescência instantânea” a fim de manter rentável esse segmento de mercado. Em outro texto, Bauman (2010, p.35) afirma que: “[...] para conquistar a sua emancipação, a economia líquido-moderna, centrada no consumidor, se baseia no excesso de ofertas, no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e na rápida dissipação de seu poder de sedução”.

De forma análoga, em análise, pressupomos que a EaD, por se utilizar essencialmente desse aparato tecnológico, serve aos propósitos do mercado centrado na economia líquido-moderna e, por conseguinte, tem necessidade de seduzir seus clientes. Para tal, vale-se da cultura de formação (escolarização) baseada no estudo autônomo, na liberdade, na flexibilização de horários e tempo de estudo, no caráter profundamente transitório da informação e no incentivo à outorga dos poderes ao próprio cidadão para fazer suas escolhas. Bem mais além, abalam-se as noções de espaço-tempo, das relações interpessoais do professor-estudante, essenciais na construção da mediação da aprendizagem – elementos marcantes da educação presencial da modernidade sólida. De maneira gradativa, essas noções são substituídas pelo espaço-temporal-virtual, intermediado pelo mediador pedagógico, isto é, pelo tutor; tutoria pedagógica virtual. De fato, é no líquido cenário do mundo moderno que a EaD se desenvolve e amplia seu campo de

ação/intervenção no sistema educacional brasileiro, tal como expõem Alves e Santos (2000) e Mugnol (2009).

Em conjectura, podemos supor que a modalidade EaD contrapõe-se aos interesses do sistema tradicional de ensino e que, por tal, acentuadamente expande-se para atender aspirações da iniciativa privada e do ideário neoliberal do Estado; especificamente, reportamos à relação custo-benefício, veiculada pela iniciativa privada, e da relação custo-aluno-qualidade-inicial, apregoada pela burocracia do Estado brasileiro. Ambas são próprias da moderna economia líquida baumaniana.

A relação custo-benefício agrada ao mercado neoliberal, especialmente, a atuação da iniciativa privada na educação; é uma equação matemática simples: maior venda = maior lucro. A relação custo-aluno-qualidade-inicial, conhecida CAQi, ajuda o Estado a equalizar o financiamento das políticas públicas, especialmente, no âmbito da gestão da educação básica. O Conselho Nacional de Educação – CNE – firma-se nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 3º e 4º da LDB/1996, assim como em experiências internacionais para definir as premissas do CAQi (BRASIL, 2010).

Antes de chegar à sala presencial, em hipótese, essa temática é debate em ambientes virtuais. Discute-se o financiamento da educação escolar pública, seus pressupostos e implicações com relação à gestão e à organização do trabalho pedagógico escolar e com o direito à educação, bem como a influência do CAQi no estabelecimento de metas do Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, criação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e Plano de Ações Articuladas – PAR, de acordo com os autores Araújo (2012) e Souza (2013).

De fato, não resta dúvida que as TICs, aliadas à facilidade de acesso e à informação veiculada pela internet, viabilizam a fluidez das bases pelas quais os significados das relações sociais são construídos. Bauman (2009) afirma que o imperativo moderno-líquido é virtual. Ao que tudo indica, tal imperativo acompanha o processo evolutivo da humanidade como dimensão constitutiva do próprio ser humano e das relações que ele estabelece em sociedade.

Por essa perspectiva de análise, é fácil registrarmos que a modalidade EaD faz parte desse processo evolutivo e assume parcela significativa na dimensão constitutiva do homem moderno. Ora, o homem moderno se relaciona em ‘rede’, verbete que, para Bauman (2008b, p.17), rapidamente, substitui “sociedade”, tanto no discurso das ciências sociais quanto na linguagem popular. Não há relações

interpessoais no relacionamento em rede. Daí, então, agradar ao mercado de trabalho neoliberal, de economia líquida. “Os empregadores desejam que seus futuros empregados nadem em vez de caminhar e pratiquem surfe em vez de nadar”, para tal, o empregado ideal deverá sempre ser um indivíduo sem vínculos afetivos, compromissos ou ligações emocionais anteriores; só assim estará pronto para assumir qualquer tarefa e preparado para reajustar de imediato suas próprias habilidades e inclinações; um indivíduo flexível, mas com formação básica.

Nas palavras de Bauman (2008b, p. 18), “uma pessoa acostumada a um ambiente em que “acostumar-se” em si – a um emprego, habilidade ou modo de fazer as coisas – é algo malvisto e, portanto, imprudente; além de tudo, uma pessoa que deixará a empresa quando não for mais necessária, sem queixa nem processo”. Em hipótese, a EaD abre possibilidades para a formação líquida, não sólida, nem engessada em carga horária e tempo real, o que permite o não acostumar-se, a ser flexível, a remodelar-se, a autodisciplinar-se.

Lembramos que ao Estado neoliberal compete equalizar a relação capital e trabalho, conforme escrevem Sader e Gentili (1995), o que não é simples; então, é prudente transferir para o mercado, por meio da desregulamentação, privatização e focalização, a incumbência de remodelar o trabalho. Tal transferência começa pela formação profissional; a empresa privada é perita em treinamento da mão de obra de que precisa; assim sendo, ao Estado bastam políticas públicas focalizadas, especialmente, na educação básica. Mas, no mundo líquido moderno acentua-se a pressão ‘desinstitucionalizante’ e a persuasão para que as instituições de ensino renunciem aos princípios do conhecimento e a valorização da “flexibilidade da presumida lógica interna das disciplinas escolares”, defende Bauman (2009).

Ora, na modernidade sólida, o conhecimento sempre foi valorizado por sua fiel representação do mundo; mas, e se o mundo se transformar de maneira tal que desafie continuamente a verdade do conhecimento existente até então e pegue de surpresa mesmo as pessoas “mais bem informadas”? (BAUMAN, 2009, p.73). Então, para que armazenar na memória o conhecimento, principalmente, aquele que o professor intermedia com o estudante? Nesse mundo líquido moderno, “o trabalho de memorização resultou mais em lixo que em produtos usáveis”, afirma Bauman (2009, p.74). Nessa trajetória, as instituições de ensino que serviam à modernidade sólida se tornaram ‘pesadas’ aos cofres públicos, com o conhecimento ingressado no currículo dividido em disciplinas e respectivas cargas horárias; a EaD requer do

Estado condições infraestruturais 'leves' e, ainda, facilita o acesso e possibilita a formação profissional em serviço. Então, o que mais é necessário para que o Estado instrua políticas públicas voltadas à EaD, especialmente em um tipo de sociedade fundada no poder do dinheiro, da desigualdade socioeconômica como é estruturada a sociedade brasileira?

Resta mencionarmos a afirmativa de Bauman (2009, p.80): "Ainda é preciso aprender a arte de viver num mundo saturado de informações. E também a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida". É, pois, esse mundo que a EaD, aos poucos, aprendeu a explorar. Esperamos que esta modalidade de ensino faça a sua contribuição com sucesso à parcela da população que deseja se aperfeiçoar e buscar novas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu-nos que incorporasse o conceito de modernidade líquida para analisar as transformações envolvidas na educação no momento em que esta passa a se realizar a distância. No capítulo I, descrevemos as transformações econômicas e políticas que condicionaram as tendências de fragmentação e desconfinamento das instituições sólidas do passado. Como a influência do modelo neoliberal atingiu a sociedade, tanto nos aspectos individuais quanto coletivos, e influenciou em uma das políticas sociais mais importantes que é a educação. Expomos que o objetivo do neoliberalismo é sua relação com mercados abertos e trata a população como consumidores. E o objetivo do mercado é o lucro, que independe de quais oportunidades educativas estejam disponíveis. Ocorre a diminuição da coletividade e crescimento individualizado, menos contratação e mais desregulamentação, mais flexibilização e diminuição na rigidez nas relações capital e trabalho, privatização das estatais e a desregulamentação é a palavra chave do neoliberalismo. A crise do capitalismo no mundo se reflete na cultura, na educação e na sociedade e que as políticas públicas brasileiras nem sempre vieram contribuir decisivamente à educação, ocasionando altas taxas de evasão escolar, exclusão e educação de má qualidade. No cenário político neoliberal, o Ministério da Educação lançou a Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, tratando pais e educandos como consumidores e os docentes como produtores de saberes para o mercado. Na realidade, as políticas públicas estão mais direcionadas aos órgãos externos, aos interesses das grandes corporações e mercado consumidor, do que realmente satisfazer as necessidades do cidadão.

Somos indivíduos e não mais uma sociedade, cada qual produz e rende independentemente do outro. É preciso que o Estado não interfira na educação, transformá-la em mercado livre, e deixar a critério dos pais em qual escola ou instituição de ensino e qual modelo de educação seus filhos vão estudar. É conveniente deixar que o indivíduo construa sua própria política educacional no mercado de serviços escolares. O mundo caminha para o individualismo. Desfaz-se a sociedade produtora, estrutura-se a sociedade consumidora; vive-se a pós-

modernidade. De acordo com Bauman, o mundo pós moderno é marcado pela inquietude das possibilidades, das escolhas e da falta de modelos.

No capítulo II, procuramos definir a educação e o consumo no mundo líquido moderno, visto que a educação e a sociedade vive nessa modernidade líquida definida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. E para melhor entender escrevemos por partes, antes o todo, como a sociedade vive em sua essência nesse novo mundo, em seguida definimos como o indivíduo vive nesta sociedade líquido-moderna e finalizamos esse capítulo como acontece a educação e nova maneira de ensinar que permeia o mundo pós-moderno.

A sociedade atual não reconhece qualquer alternativa para si mesma, ela não mais examina, demonstra, justifica ou valida o comportamento dos indivíduos; cada pessoa vive no seu mundo particular; cada cidadão busca seu próprio bem estar. Uma sociedade de valores voláteis, sem preocupação com o futuro. As novidades do mundo pós-moderno são tratadas como inovações, a instabilidade como autoridade e a precariedade como valor. A individualização tomou conta do mundo. O trabalho sem ponto fixo permite ao capital transitar livremente entre outros negócios. Temos a passagem da estética do trabalho para a estética do consumo; da regulação para a desregulação da economia e condições que impossibilita a formação de comunidades reais. O mundo se recusa a ficar parado; ele está repleto de possibilidades com incontáveis oportunidades a serem exploradas ou superadas. O agora é uma incerteza. E a incerteza divide, não une, é uma poderosa força individualizadora. Para projetar o futuro, é preciso estar firmemente plantado no presente. O tempo está a favor do homem, mas é o próprio homem o responsável por encontrar seus caminhos. A desregulamentação é a palavra da hora.

Bauman argumenta que a nova solidão do indivíduo e da comunidade resultou em um conjunto de mudanças como a renúncia e o abandono do Estado de suas principais responsabilidades como provedor. Deixando a segurança e a garantia de ir e vir do cidadão, a mercê de sua própria sorte.

O sujeito nascia com uma identidade, hoje o sujeito vive na busca de sua identidade. O indivíduo é visto como produto a ser consumido e não a ser construído, o que não serve simplesmente é descartado. Temos grande quantidade de lixo humano, de pessoas incapacitadas ou treinadas para atender este mercado cada vez mais exigente. Mais do que aprender a fazer, o indivíduo deve ser formado para aprender a aprender. Não um mero trabalhador robotizado, na modernidade

sólida. No mundo líquido moderno, os vínculos humanos e a resistência das coisas são observadas como ameaças que limitam a liberdade de movimentos e a capacidade de obter novas oportunidades. Os jovens estão ansiosos pelas novas tecnologias, eles não querem mais a educação no formato tradicional, a inovação faz parte do dia a dia do mundo pós-moderno e as instituições de ensino também se modificam para não perder a capacidade de ensinar novas gerações. O consumidor tem inúmeras possibilidades que é infeliz por ter tantas opções de escolha e não pela falta delas. O ter tornou-se obsessão. Nas relações virtuais derrotam facilmente a coisa real, encurtam-se distâncias, superam-se obstáculos. Há uma necessidade intensa de estar interligados com milhares de conexões ao mesmo tempo. Conexões são rochas em meio a areias movediças e podem ser rompidas muito antes que se comece a detestá-las. Redes são constituídas por amontoados de caminhos e que você faz opções em quais deseja caminhar ou deslizar. Hoje a comunidade pode pertencer a lugares que não precisam ser delimitados fisicamente, são espaços vazios, invisíveis, virtuais. Lembra Zygmunt Bauman que, quando se patina sobre camada fina do gelo, a rapidez faz a diferença no resultado. Andar é melhor que ficar sentado, correr é melhor que andar, e surfar é ainda melhor que correr. Melhor surfista é o que desliza com leveza e agilidade e que está disposto a abandonar as antigas preferências. Para transpor o abismo da individualidade não há como fazer por esforço individual, é fundamental que a política esteja a serviço da população.

E, para finalizar o capítulo, tratamos da educação na modernidade líquida. A educação também se transforma, na medida em que o Estado cria novas políticas educacionais, novas leis e regulamentos, novos modelos e formas de ensinar. Na modernidade líquida o mundo é constituído pelo imediatismo, as relações são descartáveis, ilimitadas, flexíveis e o agora já se torna passado. Laços afetivos podem ser entendidos, vistos ou tratados como produto a ser consumido e não construído no dia a dia. Fazer contato visual ou admitir a aproximação de outro indivíduo é sinônimo de desperdício para os discentes da pós-modernidade. A maioria dos adolescentes e jovens está com seus celulares surfando em outras superfícies mais convidativas, do que um quadro negro ou uma conversa com o colega ao lado. Nos tempos líquidos a educação deve se organizar de outras maneiras, buscar novos caminhos, os quais possam atender as novas demandas das sociedades ou grupos específicos que constituem as salas de aulas ou outros ambientes. Os encontros se estabelecem no mundo virtual, e as comunicações

acontecem nas redes sociais. A modalidade de educação a distância acontece exatamente assim, no mundo virtual. O que os indivíduos desejam nos tempos líquido-modernos é o gênero de conhecimento que ensina a caminhar, a descobrir novos percursos e que auxiliam a descobrir, em seu próprio ser, as ricas jazidas escondidas, constituindo diferencial neste mundo consumista. Para transpor o abismo da individualidade não há como fazer por esforço individual, é fundamental que a política esteja a serviço do cidadão.

Nosso terceiro objetivo foi refletir sobre a educação a distância no contexto modernidade líquida. Por tal, investigamos o histórico da educação a distância para entendermos como hoje esta modalidade de ensino está tão arraigada no mundo pós-moderno. Na perspectiva da teoria sociológica de Zygmunt Bauman, a educação também acompanhou essa liquidez, essa individualização. Novos modelos de ensino e aprendizagem – nos tempos líquido-modernos – ultrapassam limites do espaço e do tempo, alcançando o aluno onde ele se encontra. Se a distância é o grande desafio, devemos pensar que não há limites ou fronteiras para a educação. A Educação a Distância foi planejada e organizada de tal forma para ser oportunizada ao maior número possível de pessoas; bem ao gosto da sociedade pós-moderna, vista e tratada como rede. Ela se concretiza no contexto teórico de educação líquida porque tem as mesmas características da modernidade líquida, ou seja, individualidade, estar em qualquer lugar, mudar constantemente de atividade, definir o que deseja fazer no momento presente, faz seus próprios horários, entre outros.

Na pós-modernidade o homem rompe com a cultura e constrói novos saberes. A postura neoliberal ajudou a avançar esse tipo de modalidade de ensino em que o governo descentralizou a educação, oportunizando as empresas privadas a oferecer e assumir parte de suas responsabilidades pela educação. A modernidade líquida baumaniana é tida como o tempo em que os valores sociais cedem lugar aos valores individuais sob a primazia da lógica do mercado que, por sua vez, afeta a vida política e as atitudes da vida cotidiana do indivíduo e, por extensão, da própria sociedade. A cultura, em nosso mundo moderno líquido, não tem “povo” para “cultivar”, tem cliente para seduzir. É no líquido cenário do mundo moderno que a EaD se desenvolve e amplia seu campo de ação/intervenção no sistema educacional brasileiro. Ainda é preciso aprender a arte de viver em um mundo saturado de informações. É a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida. É, pois, esse mundo que a EaD, aos poucos, aprendeu a

explorar. Eu sou do tempo que olho no olho, lado a lado, é a melhor opção para aprender a apreender. Porém, temos que viver esse presente e continuar buscando novos caminhos, novas maneiras de ensinar, de abrir fronteiras para o aprendiz.

A educação tem um longo caminho a trilhar, iniciando na organização e planejamento pedagógico, capacitação do corpo docente e percebendo os acadêmicos na eficácia e eficiência desse novo formato de ensino, da EaD, do mundo líquido-moderno. Política e educação devem andar unidas para que o processo possa caminhar adequadamente, é desse modo que a política coloca em prática os objetivos da educação.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvorí. **O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 125-140, dez. 2005.
- ALVES, Rêmuló Maia; SANTOS, Anderson B. dos. **Ensino a distância: aspectos teóricos e práticos de implantação e uso de um ambiente virtual de aprendizado**. Lavras (MG): UFLA, 2000.
- AMARAL, Marisa Silva. **Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. A “terceira via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. **Revista Outubro**. Campinas, SP, n. 3, p. 31-52, 2008.
- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: DE TOMMASI, Lívia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Org.). **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, p. 75-123, 1998.
- BARBERO, Jesus Martín. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAIS, Dênis. (Org.) **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 57-86, 2003.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007b.

_____. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil. Brasília, DF: MEC, 1996b.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 1.917**, de 27 de maio de 1996. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do MEC. Brasília, DF: CC, 1996a.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 2005.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**. n. 86, mar. 2010.

BUENO, Sinésio Ferraz. **Pedagogia sem sujeito**: qualidade total e neoliberalismo na educação. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

COSTA, Maria Lélia da Silva Torquato. **Ambientes virtuais de aprendizagem na educação a distância na pós-modernidade**. Disponível em: <<http://dialogica.ufam.edu.br/>>. Acesso em: maio 2014.

CUNHA, Edite de Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALES, Fátima (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-25, 2002.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Reflexões sobre EaD. In: **Revista interação: Educação a distância com qualidade**. Piauí. 7. ed., n.2, a. 5, 2011.

FOXLEY, Alejandro. **Experimentos neoliberales en América Latina**. Cidade do México, Fónodo de Cultura Económica, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: TADEU, Tomaz & GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

GIUSTA, Agnela da Silva; FRANCO, Iara Melo (Org.). A teoria e a prática de EAD. **Revista de Educação do COGEIME**, a. 15, n. 28, jun. 2006.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: por que ela pode ser mais importante que o QI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GOMES, Silvane Guimarães Silva. **Teoria e prática do sistema de acompanhamento em EAD**. Brasília: E-Tec Brasil, 2011.

GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, fev. 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**. Campinas, a. XXI, n. 55, nov. 2001.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. In: **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2 (122), p. 238-48, abr-jun/2011.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

KRAMER, Érika A. et. al. **Educação a distância**: da teoria à prática. Porto Alegre: Alternativa. 1999.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. In: **Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional**. Araraquara, SP, n. 5. Disponível em <<http://www.fclar.unesp.br/>>. Acesso em: mar.2014

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. In: **Psicologia & Sociedade**; v. 18 (2): p.13-24; mai./ago. 2006.

MARIANI, Édio João. A trajetória da implantação do neoliberalismo. In: Revista Urutágua. Revista Acadêmica Multidisciplinar, n. 13, ago./nov., 2007.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MUGNOL, Marcio. **A educação a distância no Brasil**: conceitos e fundamentos. Revista Diálogo Educacional. Curitiba. v.9, n.27, p.335-49, mai/ago. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Privatização do ensino nos anos 90**. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/>>. Acesso em: 18 maio 2014.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. In: **SER Social**, Brasília, DF, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. In: **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.79, n.191, p.19-30, jan./abr. 1998.

RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio. Material didático de educação a distância, neoliberalismo e autonomia: relações (im)possíveis. In: Calidoscópico, v. 11, n. 3, p. 297-305, set/dez., 2013.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Bomtempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 135-44, 2013.

SADER, Emir.; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

SALVUCCI, Mara; LISBOA, Marcos J. A.; MENDES, Nelson C. Educação a distância no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ensino de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo: ABED, v.11, set. 2012.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. In: Cadernos Cedes. Campinas, v.26, n.70, p.373-91, set./dez. 2006.

SILVA, Rafael Bianchi. **Lugares para amizade na sociedade contemporânea: caminhos educativos a partir da obra de Zygmunt Bauman.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. **Sala ambiente políticas educacionais e gestão pedagógica.** Pernambuco: Coordenação de Educação a Distância da UFPE. 2013.

VALLE, Marcos José. Globalização, neoliberalismo e políticas públicas educacionais no Brasil. In: Revista Intersaberes. Curitiba, a. 5, n. 9, p. 92-115, jan./jun. 2010.